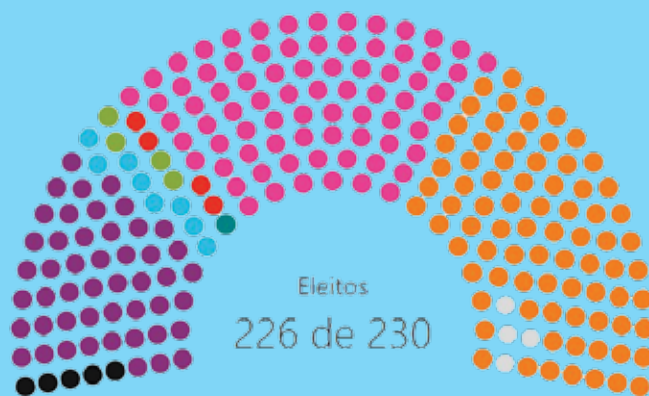




ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Nada ficou decidido



**Sector Social
não pode
ser visto como
o parente pobre**

**MARQUES MENDES
NA TOMADA DE POSSE
DA UDIPSS LISBOA**

MADEIRA

CNIS em reuniões de trabalho no arquipélago

UDIPSS ÉVORA
Instituições do distrito
atravessam um período
de grandes constrangimentos



REG. MONSARAZ
Fundação recupera
e equilibra-se financeiramente
após drama da Covid



ALCÁÇOVAS
Associação Terra Mãe
ainda alimenta o sonho de abrir
centro de acolhimento



iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Aprovado por dermatologistas

Eugénio Fonseca



Criação de trabalho digno – um grande desafio à próxima legislatura

Enquanto escrevo este texto, está a decorrer o ato eleitoral. Como é óbvio, não sei qual o partido vencedor, nem quem assumirá o governo da nação e os lugares no Parlamento. Mas sejam quais forem os eleitos, eu, na qualidade de cidadão que não tem entregue a outros os seus deveres e direitos de cidadania, quero deixar uma chamada de atenção para algumas das minhas muitas preocupações.

Porém, antes de começar a escrever, fui visitar o capítulo V da extraordinária Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do atual Papa e que versa sobre as possibilidades de haver no mundo mais fraternidade e amizade social. É uma Carta que pode ser lida por crentes ou não. Sei de alguns amigos, que se afirmam como agnósticos e outros mesmo como ateus, que a leram e a citam frequentes vezes. Aproveito este ensejo para convidar, também, os dirigentes das nossas IPSS, que ainda não a leram, para o fazerem, porque, para além de terem a possibilidade de encontrarem uma leitura sistematizada e atual das realidades terrestres, serão surpreendidos por um apontar de orientações incontornáveis para que, com o compromisso de todos, possamos viver num mundo onde haja uma maior harmonia entre toda a criação, na qual o ser humano tem uma responsabilidade única e intransmissível.

É certo que no cumprimento deste compromisso de cidadania, há uns com responsabilidades maiores, entre os quais, quem fez a opção pela prática da política ativa. Temos evidências de que nem todos os que assumem cargos políticos o fazem pelas finalidades que tal missão encerra em si mesma, mas, mesmo assim, é o Papa Francisco quem o assegura na Carta referida, ao afirmar que «a política é mais nobre que a aparência, o marketing, as diferentes formas de maquilhagem mediática... Passados alguns anos, ao refletir sobre o próprio passado, a pergunta não será: «Quantos me aprovaram, quantos votaram em mim, quantos tiveram uma imagem positiva de mim?» As perguntas, talvez dolorosas, serão: «Quanto amor coloquei no meu trabalho? Em que fiz progredir o povo? Que marcas deixei na vida da sociedade? Que laços reais construí? Que forças positivas desencadeei?»

Quanta paz social semeiei? Que produzi no lugar que me foi confiado?» (197).

Como já referi, dos oito capítulos em que o texto da Carta se divide, aquele que tem como título “Por uma Política Melhor”, foi escrito a pensar nos nossos futuros governantes. E encontrei nele reflexões que desejo partilhar, na esperança de que as mesmas possam chegar não só a quem irá constituir o Governo para os próximos 4 anos, mas a todos os que, com as suas ideias, estratégias e decisões, devem influenciar a governança do nosso país. Concretamente, realço os que virão a ser deputados. Eis apenas algumas, das muitas e riquíssimas considerações que este capítulo contém. Começo por uma das afirmações de Francisco, logo no início do capítulo, que todos, aceitamos, em termos teóricos, mas na prática nem sempre assim acontece: «é necessária a política melhor colocada ao serviço do verdadeiro bem comum.» (154). É neste desígnio que devem assentar todas as decisões políticas. É óbvio que a economia é um dos pilares indispensáveis para o crescimento do bem-estar de todos, desde que os seus protagonistas, a pratiquem a pensar, de verdade, nas pessoas e na relação delas com todo o ecossistema, evitando as gritantes desigualdades que ainda se registam no nosso país, tendo a plena convicção de que a superação das mesmas «requer que se desenvolva a economia, fazendo frutificar as potencialidades de cada região e assegurando assim uma equidade sustentável» (161). Pedese, por isso, aos próximos governantes que se fixem em políticas económicas cujos princípios tenham em conta o trabalho e salários dignos, visando, assim, a promoção de «uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial, para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir.» (168). Reitero que um dos grandes desafios do próximo Governo é proporcionar a todos os portugueses, em idade ativa, trabalho com salários compatíveis com os encargos indispensáveis das pessoas e famílias e com condições que dignifiquem o próprio trabalho, tornando-o mais humanizado, por exemplo, na sua conciliação das tarefas laborais com a vida familiar. O Papa

afirma mesmo que o trabalho é a grande questão. Citando-se a si mesmo no que escreveu noutra grande Encíclica – *Laudato si'* – o seguinte: «... insisto que «ajudar os pobres com dinheiro deve ser sempre um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho.» (162). A propósito deste tema, os novos governantes têm de dar maior relevo à economia social nos seus mais diversificados setores. Em termos de criação de postos de trabalho é já bastante significativo os postos criados, bem como os benefícios dados, para que o nosso caminho não se desvie tanto de um modelo de desenvolvimento humano. É relevante também o seu contributo para o crescimento do Produto Interno Bruto e sabemos que a forma de contabilizar nem contempla todas as atividades deste setor. Não entendo, por isso, porque é que as instâncias que maior representatividade têm neste setor da economia, ainda não aceitaram incluí-las na Concertação Social. Enquanto tal não acontecer, nem a concertação é total e o social está desprovido de uma das dimensões que lhe dão as finalidades primordiais. Talvez fosse uma possibilidade para dar maior visibilidade a este setor e criar condições que demonstrem, com justo realce, a importância dele e a dignidade dos seus trabalhadores, tornando mais compensador o salário da maioria dos seus trabalhadores. À mesa da concertação sentam-se representantes do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores. Se também se sentassem representantes dos que geram postos de trabalho na dimensão social do desenvolvimento do país, julgo que seria mais eficaz a valorização do setor e a vinculação do Estado a compromissos que evitassem, como agora acontece, uma preocupação constante da maioria dos dirigentes, em criar maiores condições de sustentabilidade nas instituições, cuja gestão está sob a sua a responsabilidade. Não tenho razões para não acreditar que todos os gestores sociais gostariam de ver melhor recompensados os seus trabalhadores, mas é necessário que lhes sejam dadas condições financeiras para o fazerem. Assim o esperamos!

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS

Novo ciclo e sector social solidário

Pode não ser perfeito, mas nunca se encontrou nem certamente se encontrará melhor sistema do que aquele que dá a todas as cidadãs e a todos os cidadãos a oportunidade de se pronunciarem sobre o que querem para o seu próprio país e por quem querem e como querem que o país seja governado.

E, apesar de ter sido fora do tempo inicialmente previsto, uma vez mais foi dada ao povo português a oportunidade de se pronunciar. Houve tempo para os Partidos se organizarem, para elaborar os respectivos programas eleitorais e fazer a campanha eleitoral. A Proteção Social e o Sector Social e Solidário que, sem o necessário reconhecimento público mas em paz assegura a proteção social, praticamente foram ignorados nos programas eleitorais e estiveram totalmente ausentes tanto nos debates como na campanha eleitoral. Mais expressivamente que em cenários anteriores, os portugueses pronunciaram-se. Temos uma nova Assembleia da República e teremos um novo Governo.

A CNIS respeita e respeitará tanto a Assembleia da República como o Governo que daí emanar e for empossado pelo Presidente da República. Inequívoca e lealmente. Sempre assim foi e sempre assim será.

No dealbar de um novo ciclo, a CNIS não pode deixar de recordar algo que não pode ser ignorado tanto pela nova Assembleia da República como pelo novo Governo e que, em devido tempo, foi referido a todos os Partidos que, então, tinham assento parlamentar para que fosse tido em consideração nos novos programas eleitorais:

1. Durante a anterior legislatura, no contexto dos projetos de revisão constitucional apresentados no Parlamento e em sede da Comissão Eventual para tal efeito constituída, a CNIS teve ocasião de reunir com quase todas as formações políticas representadas nesse órgão de soberania, com vista à alteração do artº 63º da Lei Fundamental, relativo à Segurança Social e à Solidariedade.

O tratamento do nº 5 do artº 63º da Lei Fundamental carece de aperfeiçoamento. Com efeito, é desigual o tratamento normativo dos dois eixos do artigo: os primeiros 4 números referem-se à Segurança Social em sentido estrito, de natureza prestacional e de base contributiva, conferindo ao direito à Segurança Social a natureza de um direito fundamental e o respetivo âmbito universal – “Todos têm direito à Segurança Social” –, assegurado por um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado; faltando porém ao nº 5º uma formulação que igualmente configure como um direito o direito à solidariedade – ou um direito à proteção social, traduzido em medidas de apoio social –, assegurado por uma sistema nacional de cuidados a quem careça de proteção social, a determinar nos termos da lei.

É no âmbito da sua integração nesse sistema nacional de cuidados e de desenvolvimento social que devem ser definidos constitucionalmente a natureza, o papel e as atribuições das Instituições Particulares de Solidariedade Social, ao invés de uma formulação, como a atual, que se limita a garantir-lhes o apoio do Estado e a submetê-las à sua fiscalização, mas que é pouco nítida quanto à afirmação positiva, numa

formulação genérica, dessas atribuições.

2. Outro aspeto relativo à legislação de enquadramento de nível superior tem que ver com a Lei de Bases da Economia Social – Lei nº 30/2013, de 8 de maio.

Falta, na verdade, iniciar o caminho da regulamentação da Lei de Bases da Economia Social, através da densificação legislativa que estabeleça a identidade e respeite as características do Terceiro Setor, libertando as Instituições que se enquadram no seu seio, designadamente as IPSS, da tentação, em que se tem caído, de as sujeitar, quanto aos procedimentos, a um regime quase de direito público, sem as vantagens, designadamente o conforto orçamental, que o Estado reserva para si próprio; em paralelo com a aplicabilidade da complexidade burocrática declarativa que onera o setor privado “stricto sensu”, mas sem equivalente liberdade de ação para atuação em mercado aberto.

3. Em diversos diplomas relativos ao Setor Social Solidário persistem vestígios da legislação corporativa própria do Estado Novo, e do seu Código Administrativo, de Marcello Caetano, que veiculam conceitos caducados pelo tempo e pela liberdade, como é o caso da tutela, que constitui uma Secção própria, a III Secção, do Capítulo I do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro.

Ora, a tutela é tipicamente uma relação administrativa, entre dois órgãos de natureza pública, que permite ao órgão de tutela interferir na atividade do órgão tutelado, designadamente nomeando e destituindo os titulares dos órgãos sociais deste.

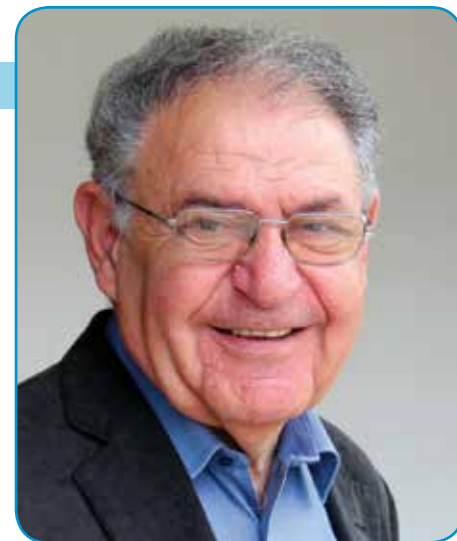
Mesmo sob a perspetiva da legislação existente, não é esse o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social, havendo contradição insanável num diploma que, num certo passo, proclama a autonomia das Instituições face ao Estado, para, mais adiante, qualificar como sendo de tutela a relação entre o Estado – aqui, Administração Pública – e as Instituições.

Neste sentido, urge promover a adequação à Constituição da legislação avulsa respeitante ao regime jurídico das IPSS, designadamente no que se refere à subsistência de referências a uma relação de tutela que não é, nem legal, nem constitucionalmente, admissível ou aceitável.

4. Um terceiro nível de enquadramento é constituído pelo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, subscrito, em 23 de Dezembro de 2021.

O texto do Pacto revisto reconhece o papel, a importância, a valia, a capacidade de adaptação das IPSS no sentido da execução dos objetivos consensualizados, tendo em conta a aptidão destas Instituições para a aproximação aos problemas das pessoas concretas, através da rede capilar de equipamentos, respostas e serviços sociais assegurados pelas mesmas Instituições em todo o território nacional.

Trata-se de um modelo que tem permitido o progressivo aumento da cobertura em creche, com vista à conciliação da vida profissional com a vida familiar, a universalização da educação pré-escolar,



o acolhimento de crianças e jovens em risco, o atendimento a pessoas com deficiência, a prestação de cuidados de longo prazo, assegurando condições de saúde e bem-estar das pessoas idosas ou dependentes, em lares, apoio domiciliário e unidades de cuidados continuados – só para referir alguns dos domínios mais expressivos.

Por outro lado, é também certo que, como em tudo, este modelo colaborativo só é capaz de produzir os resultados esperados se for financeiramente sustentável.

Nesse sentido, consensualizando-se que o Estado tem de assumir a Proteção Social como uma das suas inalienáveis competências e obrigações, deve relevar-se como um passo muito significativo o compromisso constante do Pacto de Cooperação, no sentido de o Estado e as Instituições deverem repartir de forma equitativa os encargos com as respostas sociais em que existem comparticipações familiares, sem prejuízo, como é bom de ver, das respostas sociais em que não haja comparticipações dos utentes, ou estas sejam meramente simbólicas, em que a participação pública será a adequada a cada situação.

5. Há que rever o Regime Fiscal da Economia Social Solidária, em geral, e, em determinadas situações, designadamente empreitadas, a determinação da taxa do IVA.

Ora, afigura-se que, integrando as IPSS o âmbito da chamada economia social, de forma idêntica às cooperativas, nos termos do artº 4º da Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Lei nº 30/2013, de 8 de Maio – e constituindo mesmo as cooperativas de solidariedade social uma entidade equiparada legalmente às IPSS –, constituiria uma exigência de igualdade de tratamento poderem as IPSS beneficiar do mesmo regime fiscal em sede de IVA, no que se refere às empreitadas relativas a obras destinadas às suas atividades estatutárias.

A participação das IPSS como Entidades Promotoras no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito do PRR, pela similitude com a atividade das cooperativas de habitação, quer quanto à natureza jurídica das entidades, quer quanto ao âmbito material da atividade prosseguida, torna ainda mais pertinente a proposta da CNIS.

Por outro lado, e agora por referência às empreitadas em que sejam as autarquias locais a entidade adjudicante, também se propugna pela equiparação do regime fiscal referido.

Assim, e sem prejuízo da necessária revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social, desde já se propõe, de forma prioritária, a redução, por via legislativa, da taxa de IVA para 6%, nas empreitadas relativas a obras que tenham como objeto instalações destinadas aos fins estatutários das Instituições.

CONSELHO GERAL DA CNIS

Bragança vai receber a Festa da Solidariedade 2024

O Conselho Geral da CNIS reuniu, no passado dia 4 de março, em Fátima, e do qual saiu a escolha de Bragança para receber a edição 2024 da Festa da Solidariedade. Faltando apenas os distritos de Beja, Aveiro, Leiria e Bragança acolherem a celebração maior da CNIS, e tendo sido a última edição em Portalegre, a opção recaiu sobre uma subida no mapa e levar a Festa e a Chama até ao Nordeste Transmontano.

Menos festiva é a situação da Cooperação, em concreto a atividade da Comissão Permanente do Sector Social Solidário (CPSS).

“Infelizmente, não tenho nada a dizer”, começou por afirmar o padre Lino Maia, acrescentando: “Houve uma reunião na sequência de conversas sobre a calendários que não estavam a ser cumpridos, sobre que caminho seguir para alcançar a comparticipação dos 50%, mas não se avançou nada”.

Para o presidente da CNIS, “é necessário dar passos para que o Estado cumpra as suas obrigações”.

De certa forma, o padre Lino Maia mostrou-se preocupado e considerou “grave que ninguém na campanha eleitoral tenha falado deste sector”.

“Parece que não há pessoas com deficiência a necessitarem de apoio, nem idosos a precisar de ajuda. Nenhum partido falou nisto, porque as instituições fazem, e bem, o seu trabalho e parece que não há problemas”, asseverou.

O líder da CNIS informou ainda os conselheiros que “foi criado, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, o Fórum Consultivo, com representação da CNIS”.

Essa representação estará a cargo de Filomena Bordalo, assessora da CNIS, que participará na primeira reunião agendada para o corrente mês de março.



Os conselheiros tomaram ainda conhecimento do Relatório do Programa de Ação de 2023.

Feito o enquadramento externo e interno do ano que passou, a primeira conclusão retirada é que “o ano de 2023 exigiu um assinalável esforço, empenho e resiliência a todas as IPSS e também à Direção da CNIS nas negociações, para que as comparticipações financeiras, nomeadamente da Segurança Social, atenuassem os constrangimentos” do ambiente que se viveu, como a guerra e a subida da inflação, mas também o atraso na assinatura do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2023-2024 ou o agravamento das dificuldades de sustentabilidade financeira por parte das

instituições.

Depois, Filomena Bordalo, que fez a apresentação, enumerou as atividades não concretizadas, algumas das concretizadas e ainda algumas não previstas e que foram realizadas, explicando o porquê de cada uma delas.

O Relatório será, agora, apresentado e posto a votação na próxima Assembleia Geral da CNIS, agendada para dia 23 de março, no Hotel Cinquentenário, em Fátima, com início marcado para as 9h45.

No final, e perante algumas questões colocadas pelos conselheiros, a respeito de situações que decorrem da Cooperação, o presidente da CNIS foi claro: “Neste momento, está tudo parado”.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Aberto concurso para intervenções em cozinhas e lavandarias de IPSS

No âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), na componente da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, foi aberta uma fase para apresentação de candidaturas com o objetivo de se alcançar cerca de 6.000 lugares intervencionados na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Este investimento destina-se especialmente à intervenção nas áreas de cozinha e lavandaria incluindo ainda o aumento da eficiência do equipamento eletromecânico e fixo que implica a existência de projeto específico de instalação, sendo imputável na rubrica de infraestruturas.

São elegíveis as candidaturas que incidam na criação de lugares no Serviço de Apoio

Domiciliário (SAD), tendo em especial atenção ao cumprimento das áreas funcionais previstas no seu anexo, até ao limite de 100 lugares intervencionados por candidatura.

O financiamento destina-se remodelação ou alargamento de capacidade de equipamentos sociais, para desenvolvimento de novas respostas sociais com vista a responder às necessidades territoriais diagnosticadas; Construção de raiz de novas infraestruturas, para reforço da resposta às necessidades mais prementes das populações, sobretudo dos territórios com uma baixa cobertura, de forma a corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição da capacidade instalada, garantindo maior equidade no acesso aos cidadãos; Remodelação,

ampliação e adaptação das infraestruturas, fator determinante para o bem-estar e a melhoria das condições de vida e de promoção da autonomia dos cidadãos e das famílias, e da qualidade dos serviços prestados; Visem a aquisição de edifício ou fração e a respetiva adaptação para instalação da resposta social.

O montante financeiro disponível é de € 12.100.000 euros.

As entidades interessadas em concorrer devem garantir que se encontram registadas no Balcão dos Fundos: <https://balcao.portugal2020.pt/balcao2020.idp/RequestLoginAndPassword.aspx>

O período para apresentação das candidaturas encerra a 23 de abril de 2024.

CNIS APOIA 50 INICIATIVAS POR TODO O PAÍS

Direção lança convite às IPSS associadas para celebrarem os 50 anos do 25 de Abril

No próximo dia 25 de abril, Portugal celebra a Revolução dos Cravos que devolveu aos portugueses a liberdade. E foi fazendo uso dessa liberdade que, ao longo dos anos, muitos portugueses deram as mãos e ergueram milhares de IPSS por todo o território nacional.

Como costuma dizer o presidente da CNIS, padre Lino Maia, “desde a aldeia mais recôndita do Nordeste Transmontano até à ilha mais ocidental do arquipélago dos Açores, a Ilha das Flores” há uma IPSS a prestar apoio a quem dele precisa, a criar emprego e a dinamizar a economia local.

Foi, de facto, com o advento da democracia, restaurada com o 25 de Abril de 1974 há meio século que o Sector Social Solidário cresceu exponencialmente, apoiando, hoje, mais de 700 mil utentes e empregando cerca de 300 mil trabalhadores.

Para assinalar a data, a CNIS convida as instituições associadas a participarem, à sua

dimensão e dentro das suas circunstâncias, para que a memória do 25 de Abril não se apague.

“A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) vai assinalar os 50 anos do 25 de Abril e convida todas as suas associadas a promoverem iniciativas que afirmem a importância de Abril e dos seus valores na emancipação das IPSS, com o objetivo de defender tudo o que foi conquistado na Proteção Social em Portugal, com a força e convicção de quem se recusa a voltar para trás”, começa por ler-se na nota enviada pela Direção da CNIS às associadas, acrescentando: “De norte a sul do país, o programa é diversificado e inclui, entre outras iniciativas, debates e espetáculos, muitos já agendados por diversas instituições, para além da sinalização da data, no próprio dia 25 de abril, com a passagem da música «Grândola, Vila Morena» em 50 instituições associadas já

aderentes. E ‘podem vir mais 5’... ou 50, sob a forma de música ou declamação”.

Exemplo disso é a Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante, de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, que já tem um vasto programa para comemorar a data, com início dia 6 de abril, com a conferência «25 de Abril – O Associativismo ao Serviço da Liberdade».

Tal como refere a nota da Direção, “o Solidariedade associa-se às comemorações e solicita às instituições associadas da CNIS que comuniquem para o jornal a sua adesão, para elaboração de uma publicação com vista a salvaguardar a memória”.

Assim, as instituições interessadas e que já, de *per si*, haviam pensado e organizado alguma(s) iniciativa(s) para assinalar os 50 anos do 25 de Abril, devem enviar registo fotográfico e uma breve nota de texto para jornal.solidariedade@gmail.com.

COMITIVA TEVE ENCONTROS DE TRABALHO COM ALGUMAS SECRETARIAS REGIONAIS

Equipa da CNIS deslocou-se à Madeira para sentir o pulso às IPSS associadas

Uma comitiva da CNIS, liderada pelo seu presidente, deslocou-se, na primeira semana de março, à ilha da Madeira para uma série de reuniões com IPSS, a União Regional e diversas entidades governamentais regionais.

A visita de trabalho durou três dias e, logo no primeiro, a equipa do Departamento Técnico, encabeçada por Filomena Bordalo, que esteve assessorada por Mafalda Jesus e Patrícia Monteiro, acompanhada por alguns elementos da UIPSS Madeira, liderada pela presidente Maria do Céu Carreira, reuniu com duas instituições associadas, uma da área da infância e outra dedicada à terceira idade.

“É muito importante a CNIS conhecer a realidade das instituições para melhor poder apoiar”, refere, ao Solidariedade, Filomena Bordalo acerca do propósito do encontro, lembrando ainda que na bagagem a equipa levou o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2023-2024, mas este, “apesar de ser aplicável na Madeira, tem algumas diferenças” que importa conhecer.

No segundo dia, já com a presença do padre Lino Maia e do vice-presidente Eleutério Alves, a comitiva da CNIS teve reuniões

de trabalho com a secretária Regional da Inclusão e Juventude, Ana Maria Freitas, e ainda com o secretário Regional da Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho. O dia foi ainda aproveitado para uma reunião com os membros dos órgãos sociais da UIPSS Madeira.

O terceiro e último dia começou com uma reunião com a presidente do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social Madeira (ISS M), Micaela de Freitas, terminando com um encontro com as instituições associadas do arquipélago, que contou com a presença do vice-presidente do ISS M, Francisco da Silva.

“Nesta reunião, para além do Compromisso de Cooperação, foi um momento em que as IPSS colocaram as suas expectativas, dificuldades e preocupações, essencial para as melhor podermos ajudar”, explica Filomena Bordalo, que faz um balanço positivo do contacto com as IPSS, UIPSS e Governo Regional da Madeira: “É muito importante este contacto direto, não só com as instituições e com a União, mas também junto das Secretarias Regionais para abordar questões genéricas que têm que ver com a cooperação e com o papel do Sector Social Solidário, das IPSS e

da UIPSS da região como parceiros na definição e implementação das políticas sociais”.

Por seu turno, Maria do Céu Carreira considera muito importante a visita de trabalho da equipa da CNIS e justifica: “Falar e refletir sobre Cooperação, consolidando aprendizagens, parcerias e compromissos, é sempre um caminho desafiante e envolvente e, necessariamente, obrigatório. Fazer esta caminhada com a CNIS, sentirmo-nos parceiros e aprendentes, em viagem que nos impele, cada vez mais, para a exigência de percebermos os sinais dos tempos, foi um enorme e gratificante privilégio”.

Para a presidente da UIPSS Madeira, “os três dias de ação e reflexão intensas, corporizadas em encontros com IPSS e com as Secretarias Regionais e o Instituto da Segurança Social, foram muito significativos e significantes, no contexto dos múltiplos desafios que se colocam no quotidiano das instituições, e da certeza, que é com todos, em parceria, que o todo se vai, em crescendo, efetivando”.

Acima de tudo, a UIPSS Madeira “agradece esta caminhada conjunta no âmbito do aprofundamento da Cooperação”.

TIAGO ABALROADO, PRESIDENTE DA UDIPSS ÉVORA

As instituições atravessam um período estranho que lhes coloca em causa a sustentabilidade

A Volta a Portugal da Solidariedade prossegue nesta edição e teve paragem no distrito de Évora, onde há um universo de 120 IPSS, 90 das quais são associadas da União Distrital/CNIS. Tiago Abalroado, presidente da UDIPSS Évora, refere que o Sector Social no distrito “atravessa um período estranho”, pelo enorme aumento de custos que não é acompanhado pelo aumento da receita, o que cria grandes constrangimentos às instituições. No sentido de melhor apoiar as suas associadas, a União de Évora tem trabalhado em conjunto com as congéneres de Portalegre e Beja, no sentido de criar uma estrutura comum às três UDIPSS, uma vez que nenhuma delas tem um quadro de pessoal. Unindo as três Uniões, a que se junta também a de Setúbal, o propósito é melhor apoiar as IPSS de todo Alentejo, uma região deprimida e onde as instituições têm um papel essencial para fixação de população.

SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode traçar do Sector no distrito?

TIAGO ABALROADO - O Sector, neste momento, atravessa um período estranho, porque o que vemos é que as instituições enfrentam um conjunto de custos elevadíssimos. A tendência é que, cada vez mais, estes custos aumentem e as instituições continuam presas a uma receita que não cresce. E o que a receita aumenta não é na mesma proporção dos custos! Isto porque as instituições não têm margem para poderem ser criativas e desenvolver outros negócios, que lhe permitam cobrir a sua atividade principal. Não há margem, nem capacidade técnica para pensar em atividades instrumentais! Depois, os utentes, aqui no Alentejo, têm pensões de natureza rural, portanto, baixas pensões, e o que o Estado comparticipa está muito aquém dos tais 50% falados aquando da assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. Neste cenário de aumento de custos, manutenção de receita e uma receita aquém desses custos, de facto, estamos a atravessar um período de grandes dificuldades em termos de capacidade de atuação e ação das IPSS do nosso distrito. E não se vislumbra uma grande porta de saída, porque as capacidades dos estabelecimentos são limitadas, para aumentar capacidade é preciso investimento e as instituições também não têm capacidade de financiamento através da banca. Daí eu dizer que há aqui uma situação estranha, marcada por algum estrangulamento, que, no fundo, é um colete de forças. E isto é muito preocupante...

E, em termos de respostas sociais, qual é a maior lacuna no distrito?

A maior lacuna aqui no Alentejo é na resposta residencial para pessoas com deficiência. Temos poucos lares residenciais e era uma resposta que fazia muito sentido para a nossa



região, porque os lares que temos estão, naturalmente, cheios e há pessoas que estão em casa e até sozinhas e que necessitam de um apoio destes. A deficiência é, talvez, a área em que considero ser prioritário agir, aqui no Alentejo, essencialmente na vertente residencial.

Para além da questão, já referida, da sustentabilidade financeira, que outras grandes dificuldades sentem as instituições do distrito para melhor cumprirem a sua missão?

Associada à sustentabilidade, temos a questão do pessoal. Estamos num território em que há pouca gente e há muitas instituições e em que é difícil as instituições contratarem pessoas com vocação. Acima de tudo isto, pessoas que se dediquem à causa. Parece que há um pouco a ideia de que as IPSS pagam mal e, de facto, há muitas instituições a pagarem os valores das tabelas acordadas com os sindicatos. No entanto, aqui no Alentejo começa a ver-se com muita frequência IPSS a pagarem bem acima das tabelas negociadas e nem assim isso chama pessoas. Às vezes digo a brincar que parece que o sector não é *fashion* para as pessoas que estão no mercado de trabalho. Penso que esse é um grande desafio para todos, ou seja, tornar o sector atrativo, não só sob o ponto de vista da remuneração, mas também já concluímos que isso não chega, porque há poucas pessoas desempregadas e não há a capacidade das instituições em recrutarem dentro daquele grupo de pessoas que desempenham funções, no sector público ou privado, porque elas não encaram o sector como atrativo. Para isso também contribuem os horários de trabalho, porque há respostas que

funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana, mas é também por ser o Sector Social. Parece que as pessoas têm uma certa aversão ao sector. A captação de talento, a par da questão da sustentabilidade, é a grande dificuldade das instituições no distrito.

Como é a relação com as associadas e quais as principais solicitações que estas dirigem à União?

A UDIPSS Évora tem tido sempre uma boa relação com as associadas e podemos gabar-nos de não ter dívidas substanciais em termos de quotizações, porque as instituições reconhecem o valor da União e traduzem isso no pagamento das quotas. Temos conseguido estabelecer com as associadas uma relação diária. Elas recorrem à União com diferentes questões de diferentes naturezas, desde as jurídicas às técnicas, passando pelas participações, licenciamentos, aumentos de capacidade ou elaboração de candidaturas. A esse nível, a UDIPSS tem uma relação que é muito profunda e próxima. E tem havido um aumento de associadas. De 2015 até à data, já aumentámos o número de associadas em 30.

E com a CNIS, como é a relação?

Com a CNIS temos uma relação institucional e saudável. Somos a estrutura que representa a CNIS no distrito, agora, há sempre a percepção de que a CNIS está longe. Geograficamente não é fácil haver essa proximidade. Se calhar, era desejável haver mais momentos de interação entre a União, as associadas e a CNIS. Há estruturas internas da CNIS que, por vezes, não são conhecidas das instituições, pelo que

era importante promover esse conhecimento. Talvez a relação mais direta com a CNIS seja a Solidariedade que as instituições recebem todos os meses. Penso que podíamos criar mais iniciativas que permitissem às instituições ter uma maior proximidade com a CNIS.

Como nasceu e qual o propósito do que chamaria triunvirato alentejano que a União Distrital lidera e junta ainda as congêneres de Beja e Portalegre?

Também por força de sermos a União maior das três, temos apoiado, tanto quanto possível, as outras duas uniões. Portalegre teve uma fase um pouco mais parada e Évora foi mantendo algum diálogo e até organizámos em conjunto a Festa da Solidariedade de 2015. Beja, que é uma União mais recente, de certa forma, encara-nos como um exemplo de boa organização e faz-nos muitas solicitações em termos de apoio. E, assim, criou-se aqui esta relação próxima, também motivada pela geografia e amizade entre as pessoas. Neste momento, estamos a aprofundar esta relação, porque, como as três Uniões não têm um quadro de pessoal, a União funciona na instituição do presidente, e temos estado a conversar no sentido de criar uma estrutura comum para apoiar as associadas dos três distritos. Há sempre a necessidade de garantir a identidade de cada uma das Uniões, mas estamos a procurar encontrar essa estrutura comum. Tivemos recentemente uma reunião, em que a União de Setúbal também participou, pois também abrange território alentejano, para discutirmos a ideia de apresentar uma candidatura ao Portugal Inovação Social, no âmbito dos Centros de Empreendedorismo e Inovação Social. Estamos a estudar a melhor forma de o fazer, já reunimos com o responsável regional pelo Portugal Inovação Social, temos reunido as UDIPSS e seguir-se-á uma fase de reuniões com as Comunidades Intermunicipais. O nosso grande objetivo é criar uma estrutura comum que, por um lado, dê suporte à atividade das Uniões do Alentejo e, por outro, que ajude as instituições de forma mais próxima nestes desafios de que falámos. Por exemplo, ao nível da falta de capacidade técnica que as instituições têm para promover iniciativas inovadoras, poder haver algum tipo de assessoria às instituições, identificando os recursos da instituição que podem ser potenciados. No fundo, uma espécie de empreendedorismo social, mas no seio das instituições. Daí concorrermos a esta linha dos Centros de Empreendedorismo e Inovação Social.

À semelhança de outros distritos, também no de

Évora houve instituições a deixarem cair as candidaturas devido ao aumento de custos entre a data da aprovação e a do lançamento de obra?

Houve várias instituições que desistiram ao nível da Mobilidade Verde, porque o valor por viatura era de 25 mil euros e isso coincidiu com o maior aumento dos preços e nesse concurso houve instituições que acabaram por não executar. Depois, noutras candidaturas, houve instituições que lançaram concursos públicos para obras, mas estes ficaram desertos, porque o custo de obra do caderno de encargos estava abaixo do valor de mercado. Por isso, as obras não puderam avançar. Essencialmente, eram obras para respostas residenciais, como ERPI, e também ampliação de SAD. As candidaturas foram aprovadas, mas por responsabilidade do mercado, acabaram por não avançar. E como não há capacidade de financiamento por outra via, só lhes restou desistir.

E que feedback tem chegado à União Distrital sobre a implementação da Creche Feliz?

Aqui no Alentejo é uma medida que faz sentido. Se calhar, noutras regiões mais ricas

poderá haver um feedback mais negativo, agora, no Alentejo, o programa tem permitido que haja a garantia de uma receita fixa por criança. O custo de oportunidade deste projeto é a perda de autonomia na seleção dos candidatos por parte das instituições, por causa dos critérios. Houve uma altura que havia muitas vagas em creche, mas de há uns anos a esta parte a natalidade aumentou e, então, as creches estão todas cheias. E, em alguns concelhos, nota-se que há pessoas que não conseguem vaga e têm de ir para concelhos vizinhos. Este foi, talvez, o preço a pagar pela aplicação da medida, mas, do ponto de vista do financiamento da resposta, foi positivo, porque as instituições recebem mais receita do que aquela que tinham. Do ponto de vista de operacionalização, há estes constrangimentos, sobretudo, para pais financeiramente mais favorecidos que acabam por ser prejudicados.

Mas tem havido mais procura?

Sim, claro, porque dantes havia retaguarda familiar e as pessoas organizavam-se para as crianças ficarem em casa, agora, com a gratuitidade, o que se viu é que toda a gente coloca as crianças na creche. Isto, por um lado, é uma valorização da resposta, porque os pais reconhecem que a creche é uma mais-valia para o desenvolvimento dos filhos. Por isso, também temos de encarar isto de forma positiva, ou seja, o trabalho que as creches fazem é de muita qualidade e isso é reconhecido.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



FUNDAÇÃO MARIA INÁCIA VOGADO PERDIGÃO SILVA, REGUENGOS DE MONSARAZ

Pandemia da Covid foi o maior desafio, mas a verdade foi reposta a favor da instituição

Nove anos depois, e no âmbito da Volta a Portugal da Solidariedade, regressámos a Reguengos de Monsaraz e à Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva para conhecermos a situação atual da instituição, depois das dificuldades financeiras que vivia na altura e do terramoto que foi a pandemia de Covid-19.

Nessa primeira visita, o presidente da instituição à data, Vítor Martelo, relevava as dificuldades financeiras da instituição, fruto dos investimentos feitos na construção da Unidade de Cuidados Continuados (UCC) e da creche, que à altura era deficitária em crianças.

Nove anos volvidos, e apesar das dificuldades surgidas, entretanto, o atual presidente, José Gabriel Calixto, sustenta que as contas estão equilibradas, mas sob uma gestão muito rigorosa.

“Numa instituição como esta, a situação financeira deve ser sempre alvo de muita atenção. Estamos perante uma IPSS que não pretende obter lucro, mas que tem de ter uma gestão financeira rigorosa e responsável. Em 2018, altura em que aqui entrámos, já havia um passivo significativo e, neste período, usámos como estratégia de gestão não vender património. Assim, ainda mais difícil se torna, mas é nesse sentido que temos trabalhado. Numa primeira fase, consolidámos todos os passivos que existiam numa única instituição bancária e, passados estes cinco, seis anos, ultrapassada a situação da Covid, voltámos ao mercado bancário para nova renegociação e uma nova melhoria de condições financeiras. O passivo estrutural está consolidado e está nas melhores situações que o mercado pode absorver”, defende, acrescentando: “Temos as valências, praticamente, todas no limite da lotação, à exceção do Serviço de Apoio Domiciliário”.

Sustentada numa “gestão cada vez mais profissional, rigorosa e otimizada”, a instituição, no final do ano passado, finalizou uma obra já a precaver, de certa forma, o futuro.

“Da análise que fizemos a todas as estruturas da Fundação, identificámos uma equipa de recursos humanos que está na UCC da instituição, que tinha capacidade para, de forma otimizada, servir um maior número de camas. Concorremos ao Portugal 2020, na área da Saúde, e conseguimos criar a nossa unidade de convalescença, que nos permitirá um acréscimo de receitas significativo”.

Segundo José Gabriel Calixto, as dificuldades financeiras que a instituição vivia ficou, essencialmente, a dever-se ao investimento inicial na criação da UCC, que foi grande e, para além da alienação de algum património, houve necessidade de contrair um empréstimo bancário que gerou encargos para o futuro.

“Esse é um efeito que a instituição ainda sofre e que não é passível de se pedirem apoios”, constata, explicando o caminho que a nova Direção seguiu, para além de renegociar a



dívida, e que passa por criar uma unidade de convalescença: “O que aconteceu mais recentemente foi um ato de gestão que pretende otimizar as equipas que por via desse investimento têm de existir, pois os rácios são para cumprir. E estas equipas podiam ainda ser mais optimizadas se as instalações o permitissem, especialmente, na oferta de convalescença. Este investimento, que foi financiado a 85%, não nos queixamos de o ter feito. Apesar das dificuldades com a inflação e as guerras, que tivemos de suportar, mas faz parte da vida, a obra só terminou no final do ano passado, quando devia ter terminado um ano antes. Com estas camas, estas unidades têm a sustentabilidade garantida se tiverem a ocupação total e não acreditamos que não venha a ter”.

Com a ampliação da Unidade de Convalescença, a capacidade passa de 8 para 19 camas.

Como resultado desta intervenção, a Fundação garante um maior equilíbrio financeiro: “A forma como dimensionámos as duas ofertas, quer a de longa duração e manutenção, quer a de convalescença, são neste momento equilibradas e permitem-nos olhar para o futuro com tranquilidade no que respeita à sustentabilidade. Infelizmente, temos outras respostas desequilibradas, que estas duas não estão, como é a ERPI”.

Há nove anos, a instituição acolhia 18 utentes em Centro de Convívio, 16 em SAD, 86 em ERPI, 30 em UCC e ainda 56 crianças em creche, com uma equipa de 100 funcionários. Hoje, o Centro de Convívio foi encerrado, há 12 utentes em SAD, 80 em ERPI, 30 em UCC e 86

crianças em creche.

É aqui na creche que se nota a grande diferença em termos de números, algo que a gratuidade veio ajudar.

“A creche agora tem uma garantia de receita e teremos sempre procura, porque antes as famílias acabavam por ficar com as crianças em casa, porque aqui no interior ainda vai havendo essa possibilidade. Entretanto, também aumentámos a capacidade para 86 crianças, porque criámos uma nova sala”.

Reequilibrada a contabilidade da creche, uma das grandes queixas do presidente Vítor Martelo há nove anos, pela falta de crianças, José Gabriel Calixto aponta a ERPI como a valência mais desequilibrada financeiramente.

“A prática histórica desta ERPI remete para que, para além da mensalidade, nada mais fosse cobrado aos utentes, nem medicamentos, nem fraldas, nem idas ao hospital, nem mais nada, o que acarreta um custo muito elevado para a instituição. Há cerca de um ano invertemos a situação, mas esta inversão vai demorar cerca de quatro anos a produzir efeitos cabais, que é quando todos os contratos podem ser alterados, pois não o podemos fazer unilateralmente. Já começa a ter algum impacto, mas ainda vai demorar”, explica, acrescentando: “Depois há fatores que não podemos otimizar, porque estamos num edifício histórico, centenário, que tem custos de manutenção e características que não são alteráveis. Estamos a implementar algumas medidas de gestão, por exemplo, na energia para irmos para formas mais económicas e eficientes face aos custos. Por exemplo, vamos cobrir o telhado com painéis solares, que



esperamos avançar até ao final do primeiro trimestre, e na alimentação também procuramos reduzir custos. A nossa ideia é que a valência seja, dentro em breve, marginalmente negativa, para que seja sustentável, com a ajuda da folga de outras valências”.

A história da instituição, que completa este ano 55 anos, fica indelevelmente marcada pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020. A Fundação foi capa de jornais e abertura de telejornais nacionais, não porque tenha sofrido um surto de coronavírus, mas porque a Ordem dos Médicos emitiu, à altura, um relatório, considerado “falso” pelo presidente da instituição. Porém, depois de chegar ao Ministério Público e este proceder às devidas averiguações, todas as acusações foram arquivadas e nem sequer foram alvo de qualquer investigação por parte da Polícia Judiciária. Agora, já deu entrada uma ação contra a Ordem dos Médicos no Tribunal Administrativo de Lisboa, em que a Fundação, alguns dirigentes e alguns trabalhadores pedem uma indemnização de 2,25 milhões de euros por danos reputacionais.

À distância de quatro anos, o presidente José Gabriel Calixto, à data também edil de Reguengos de Monsaraz fala em sentimentos de “tranquilidade, injustiça e tristeza”.

“Falar sobre isto é difícil e mais difícil falar em poucas palavras... Nós tivemos variadíssimas acusações, fomos acusados de violar direitos humanos, acusações feitas através de um relatório falso, feito por pessoas que nunca puseram os pés nesta casa. Portanto, o que tínhamos de fazer na altura, era desempenharmos a nossa missão o melhor possível, envolver todas as pessoas que pudéssemos, porque vivíamos uma situação de catástrofe global, mas o que nos estava destinado era gerir a situação que tínhamos nesta casa e neste concelho. E foi o que fizemos. As acusações foram o que foram e tomar alguma nota da dimensão que tiveram, em especial nas redes sociais, que ainda hoje continuam a fazer estragos. Simplesmente, houve aqui uma coisa que nos faz olhar para trás com tranquilidade, e já vou aos outros sentimentos, ou seja, fizemos o que estava ao nosso alcance, com todos os meios que tínhamos ao nosso dispor”.

Segundo o dirigente, o surto “causou uma

enorme tristeza”, porque faleceram 16 utentes, uma funcionária e um motorista da autarquia.

“No entanto, apesar dessa situação ter acontecido, poucos dias depois do surto se declarar já estavam aqui na instituição duas dezenas de militares, porque, a instituição, de um momento para o outro, ficou sem funcionários que estavam doentes. Ao longo da semana seguinte foram feitos contactos com o Banco de Voluntariado da Cruz Vermelha, também com a Segurança Social, mas muitas das pessoas que deviam ter vindo, nunca apareceram, dado o estigma do surto de Reguengos, como se fosse diferente de outras instituições”, lamenta, recordando: “Pelo facto de o presidente da Câmara, que é o responsável máximo pela Proteção Civil concelhia, ser por inerência presidente da Fundação, fez com que houvesse uma sintonia de recursos que foram imediatamente aplicados. E a primeira decisão da Proteção Civil foi instalar em diversos pavilhões multiusos que temos uma estrutura residencial de retaguarda que acolhesse os idosos. Esta foi uma medida tomada por iniciativa própria. E esta estrutura foi fundamental para acolher os nossos idosos, mas também idosos de outros concelhos”.

Sem nunca referir a Ordem dos Médicos, José Gabriel Calixto avança o que espoletou toda “a mentira” que se seguiu.

“Essa unidade de retaguarda foi utilizada por uma ordem deontológica para fazer um ataque feroz à instituição, pretendendo provar que essa estrutura não tinha as condições mínimas para os médicos e enfermeiros atuarem. Bom, veio a provar-se que, no Alentejo central, essa foi a unidade utilizada por outros concelhos, mas aí já não houve ataques, apenas o reconhecimento de que aquilo era um porto de abrigo para diversas instituições”.

Apesar disso, “a injustiça veio a seguir, com o tal relatório”, afirma, acrescentando: “Este é outro sentimento que sobra desse tempo, o de uma grande injustiça, que só ultrapassámos porque a nossa consciência nos dizia que estávamos no caminho certo. Foi muito importante termos ao nosso lado mais de duas centenas de militares que por aqui passaram e todos foram imprescindíveis e insubstituíveis no que fizeram nessa situação de calamidade. Os militares

merecem esta palavra, porque vieram para uma missão”.

Mas as acusações não se ficaram por aqui.

“Apesar disso tudo, houve denúncias de hipotéticos maus-tratos na nossa ERPI e na unidade de retaguarda. No fundo, tínhamos tido 16 óbitos por desidratação ou desnutrição, tentando colocar o ónus da morte dos utentes na instituição, seus dirigentes e trabalhadores. Sinceramente, não sei se alguma vez retorqui essa acusação, porque até tinha as certidões de óbito que não diziam nada disso”.

Com o arquivamento das acusações pelo Ministério Público, foi tempo de a Fundação agir em defesa do seu bom nome.

“Neste momento, um relatório com inúmeras falsidades identificadas foi colocado no Tribunal Administrativo de Lisboa, porque é lá a sede da ordem deontológica em causa, e agora aguardamos serenamente o desenrolar dos acontecimentos. Este é um processo colocado, não pelo presidente da Fundação, mas em conjunto pela Fundação, seus dirigentes e por mais de duas dezenas de trabalhadores. Esta é uma ação reveladora do sentimento de injustiça que aqui todos têm perante o que nos aconteceu. Iremos lutar até ao fim, por uma questão de dignidade e de manutenção da nossa idoneidade e do nosso bom nome, como instituição com quase 60 anos de vida, que foi de forma soez tratada ao mais baixo nível, propagando ondas de ódio nas redes sociais e na comunicação social”, afirma o presidente da instituição, sublinhando o facto de o relatório ter sido apresentado em primeira mão à comunicação social e não a nenhuma entidade com responsabilidades na área.

“Nós tínhamos a nossa consciência tranquila, estávamos tristes, muito abatidos, mas tranquilos. E, curioso, no dia que essa entidade decidiu divulgar na comunicação social, de forma grotesca, esse relatório, tínhamos aqui a instituição cheia de reguenguenses a aplaudirem os nossos trabalhadores. Isto, depois, tem requintes de malvadez brutais, pois no dia em que a comunidade nos agradece, temos dois telejornais nacionais a dizerem, de forma mentirosa, que a instituição não tinha plano de salvaguarda. Esta é outra das mentiras”, assevera.

Ultrapassada a situação, a instituição não tira os olhos do futuro. Mesmo sem novos projetos, o futuro é o que preocupa os responsáveis da Fundação: “Neste momento, queremos consolidar esta estrutura, porque estamos convencidos que, como está, nos permite uma vida tranquila em termos de sustentabilidade financeira e uma qualidade de serviço que não queremos perder. Esta é a nossa perspetiva a quatro anos, mas a qualquer momento podem surgir oportunidades que uma instituição destas não pode deixar de aproveitar. A instituição funda-se num edifício secular e o mundo continua a avançar e nós não podemos viver só com base na história. Se calhar, a 10 anos pode surgir uma perspetiva mais evoluída do que é acolher os nossos velhos e, então, teremos que nos adaptar. Por exemplo, se calhar aqui no nosso território fazia sentido haver aldeias que acolhessem os nossos velhos, num espírito comunitário. E isto que é utópico hoje, pode não o ser daqui a uns anos”.

UNIDADES RESIDENCIAIS

Estado define novos valores de comparticipação

O Estado vai pagar mais de cem euros por dia por cada criança ou jovem institucionalizado em unidades especializadas para problemáticas específicas, a mais cara das diferentes tipologias existentes entre casas de acolhimento.

Segundo uma portaria publicada em Diário da República, que define o modelo de comparticipação para a requalificação do sistema de acolhimento residencial e tem efeitos a partir do dia 01 de março, é definido um novo valor de comparticipação financeira mensal da segurança social, por criança ou jovem que viva em acolhimento residencial, ou seja, que esteja institucionalizado.

O valor mais elevado é atribuído a quem vive numa Unidade Residencial Especializada para Problemáticas Específicas, estando previsto o pagamento mensal de 3.334,51 euros por cada criança ou jovem, o que representa quase 112 euros diários.

As Unidades Residenciais irão passar a receber 2.400,79 euros por mês por criança ou jovem, o que representa cerca de 80 euros por dia. Estas unidades têm a capacidade máxima

para 15 pessoas.

Já as Unidades Residenciais para Promoção da Autonomia, nas quais podem viver até sete jovens, passarão a ser financiadas com 1.150 euros por mês, por pessoa, o que representa um valor diário de pouco mais de 38 euros.

Em relação a qualquer um destes valores está previsto um aumento de 10% “em função de critérios objetivos de qualidade”, que serão definidos pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A portaria define que o pagamento dos valores depende do cumprimento das normas da Agenda do Trabalho Digno e explica que a diferença de valores tem a ver com o facto de cada um destes tipos de unidade variar em termos de custos, em função do tipo de resposta, da capacidade e do quadro de recursos humanos exigido para a constituição de equipas de profissionais habilitados e qualificados.

Acrescenta que em qualquer uma destas respostas pode ser integrada uma criança ou jovem em situação de emergência, sublinhando que, nesses casos, a comparticipação financeira é paga em função da integração

na unidade em que o acolhimento melhor se enquadre.

Explica também que os centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude e apartamentos de autonomização que estejam em funcionamento terão de adequar-se ao novo regime de organização e funcionamento destes equipamentos – publicado em dezembro de 2023 – para receber este financiamento.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social salienta que “as casas de acolhimento são organizadas de forma a assegurar o máximo de bem-estar, uma efetiva igualdade de oportunidades, a satisfação integral das necessidades específicas, (...) e a efetiva promoção e o exercício dos direitos das crianças e jovens que acolhem”.

“O novo modelo de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento implica o reforço dos quadros técnicos das instituições e a requalificação das casas de acolhimento, em função da especificidade, complexidade e exigência técnica a que corresponde cada unidade”, lê-se na portaria.

Há um WEBSITE à sua espera na F3M!





**INSTITUIÇÕES
MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES**

OBRIGATÓRIO
publicitação
das contas
anuais em
site próprio

**VISIBILIDADE
ACESSIBILIDADE
CREDIBILIDADE
PROFISSIONALISMO
EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO**

CONHEÇA A **OFERTA** 360° DA F3M PARA O SETOR SOCIAL


SOFTWARE


CONSULTORIA


FORMAÇÃO
CERTIFICADA


TELECOMUNICAÇÕES


INFRAESTRUTURA
TECNOLOGICA


CIBERSEGURANÇA

www.f3m.pt



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NÃO PÁRA DE SUBIR

APAV ajudou mais de 30 mil pessoas em três anos

O número de vítimas de violência doméstica ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem vindo continuamente a aumentar nos últimos três anos, com mais de 31 mil pessoas apoiadas desde 2021 e quase 65 mil crimes registados.

De acordo com os dados mais recentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a associação ajudou 31.117 vítimas de violência doméstica entre 2021 e 2023, o que representa um aumento de 22,9% no evoluir destes três anos, tendo em conta que em 2021 contabilizou 9.275 pessoas, que depois passaram para 10.442 no ano seguinte e chegaram às 11.400 em 2023.

“Entre 2021 e 2023, a maior parte das vítimas do crime de violência doméstica que foi apoiada na APAV foi alvo de vitimação continuada (16.953; 54,5%)”, refere a associação.

No total, a APAV contabilizou 64.899 crimes de violência doméstica neste período de tempo, ao mesmo tempo que identificou 31.251 autores dos crimes, um número que representa um aumento de 22,5% na evolução entre 2021, com 9.336 agressores, e 2023, com registo de 11.443 pessoas.

“Entre 2021 e 2023, a maior parte dos autores do crime de violência doméstica que chegou ao conhecimento da APAV era cônjuge da vítima (6.461; 20,7%)”, refere a associação, que chama também a atenção “para os autores do crime de violência doméstica que são companheiros (4.043; 12,9%) e ex-companheiros (3.587; 11,5%) das vítimas”.

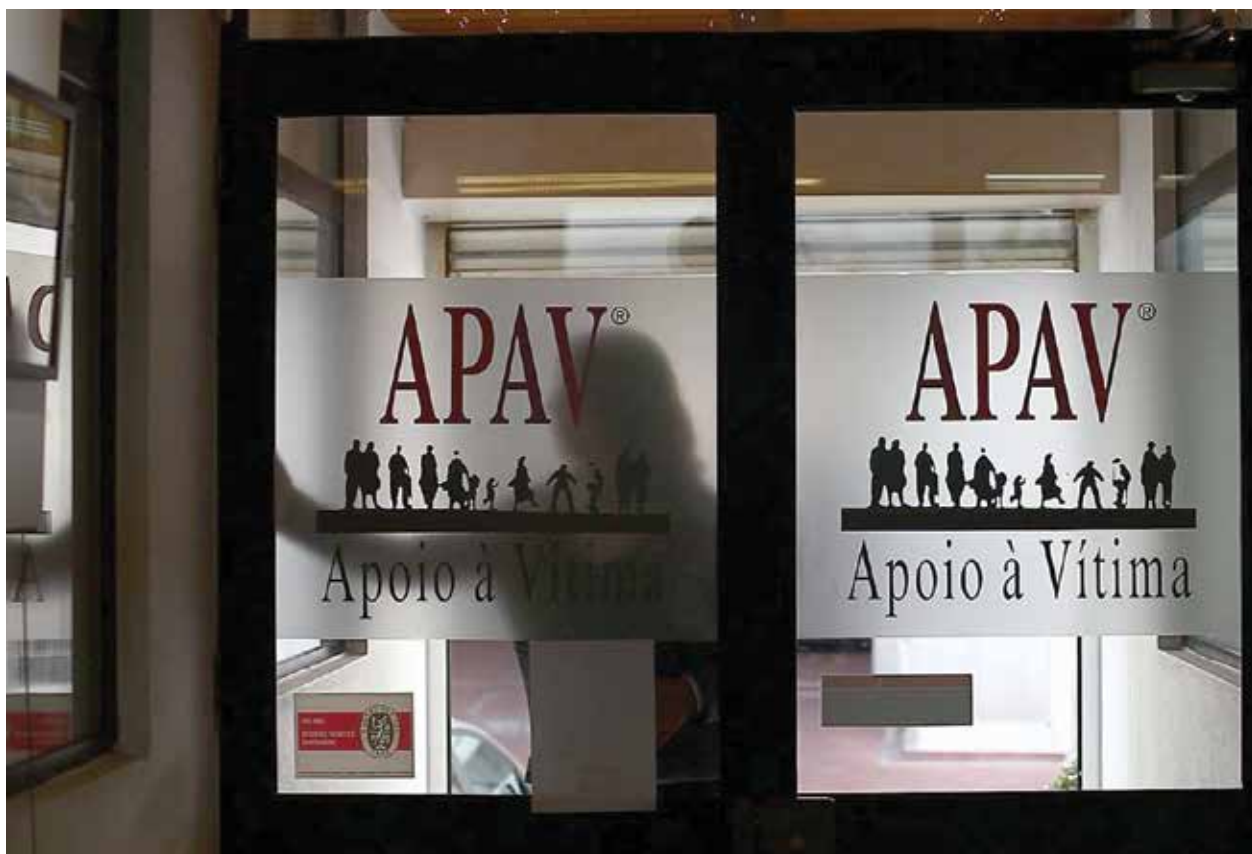
Realça também os casos em que “os autores do crime de violência doméstica são pais das vítimas (3.452; 11%)” ou “são filhos das vítimas (2.126; 6,8%)”.

Por outro lado, a constatação continua a ser a de que “a maior parte dos autores do crime de violência doméstica” são homens (21.498; 68,8%), havendo também 11,7% dos casos em que o autor do crime é uma mulher e que representaram 3.647 casos.

“A maior parte dos/as autores/as do crime de violência doméstica que chegou ao conhecimento da APAV tinha entre 36 e 45 anos de idade (4.110; 13,2%)”, refere a associação.

Já em relação às vítimas, os dados da APAV mostram que nestes três anos eram sobretudo mulheres (25.240; 81,1%), o que representa um aumento de 19,7%, realçando que entre 2021 e 2023 houve um aumento de 47% em relação aos casos de homens vítimas de violência doméstica apoiados na associação e que ultrapassaram os 5.300.

“A maior parte das vítimas do crime de violência doméstica que foi apoiada na APAV tinha entre 36 e 45 anos de idade (5.515; 17,7%)”, refere a associação, destacando igualmente “o número de crianças e jovens vítimas de violência doméstica apoiado (4.962; 15,9%) bem como



o número de pessoas idosas vítimas do mesmo crime que foi apoiado (3.436; 11%)”.

Entre as quase 17 mil pessoas que foram alvo de vitimação continuada, 4.895 estiveram nessa situação entre os dois e os seis anos, havendo registo de 294 casos que viveram mais de 40 anos numa situação de violência doméstica.

Metade das vítimas apoiadas pela APAV apresentou queixa junto de entidades judiciais ou judiciárias, mas 11.007 pessoas (35,4%) optou por não apresentar queixa ou fazer denúncia.

OA QUER ACOMPANHAMENTO JURÍDICO IMEDIATO

A Ordem dos Advogados defende a criação de uma “escala de prevenção” para o acompanhamento jurídico do crime de violência doméstica, proposta que há um ano aguarda “luz verde” do Ministério da Justiça.

A bastonária da OA recordou que, “praticamente desde o início do mandato”, iniciado a 9 de janeiro de 2023, tem exigido essa escala de prevenção, que funcionaria “em todo o país e, principalmente, junto dos gabinetes de apoio à vítima”.

O que se pretende, explica Fernanda de Almeida Pinheiro, é que, no momento em que a vítima apresenta a sua queixa, tenha um advogado, “que seja também, simultaneamente, um técnico de apoio à vítima, para poder prestar imediatamente o seu apoio localmente, enquanto está a ser feita a denúncia”, explicita.

“Isto foi proposto, logo no início do mandato, ao Ministério da Justiça. Ainda não obtivemos luz verde para essa situação, o que muito se lamenta”, disse, sublinhando que este tema “é uma preocupação muito grande deste Conselho Geral”.

Por isso, Fernanda de Almeida Pinheiro diz que aguarda, “com grande ansiedade” que “um próximo Governo (...) olhe para esta situação e (...) permita que este apoio possa ser prestado no imediato”.

“Da mesma forma que é atribuído, automaticamente e perante uma acusação do Ministério Público, um defensor oficioso ao arguido, o mesmo tem de acontecer com a vítima, a quem deve ser facultado um patrono no imediato”, realça Fernanda de Almeida Pinheiro, contestando a discriminação entre agressores e vítimas.

Esse advogado ficaria também responsável por “acompanhar a vítima em toda a sua questão e problemática”, porque “muitas das vezes, o processo de violência doméstica, que é o processo criminal, não é o único que a vítima tem de acautelar”, assinala.

Divórcio, responsabilidades parentais, divisão de casa comum, atribuição de morada da família são alguns dos exemplos mais comuns.

A Ordem dos Advogados entende que “estes processos devem ser todos seguidos pelo mesmo advogado, (...) por uma questão de estratégia processual, mas também para evitar revitimização, para que não tenha a vítima de estar a contar a sua história duas ou três vezes”, observa.

MARQUES MENDES NA TOMADA DE POSSE DA UDIPSS LISBOA

As IPSS cumprem uma tarefa que é verdadeiro serviço público

Luís Marques Mendes, conselheiro de Estado e comentador televisivo, foi o convidado especial da cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da UDIPSS Lisboa, que decorreu, no passado dia 4 de março, na Associação de Beneficência «Casas de São Vicente de Paulo», na capital.

Na sua intervenção, no encerramento da cerimónia, Marques Mendes relevou a importância do Sector Social Solidário para Portugal, numa alocução bastante esclarecedora e que teve ainda o extra do dinamismo do orador para se tornar mais eficiente: “Este sector ainda é um pouco o parente pobre, mas isso tem de mudar. Aquilo que dá autoridade para bater o pé são os resultados e as instituições têm resultados notáveis. O país tem níveis de pobreza altos, mas sem as instituições esses índices seriam muito mais altos”.

A forma como o sector é encarado e a falta de visibilidade são problemas reais, mas que, segundo o comentador, são situações que têm de ser alteradas.

“Nos recentes debates televisivos para as eleições, não vi todos, mas quase todos, de um modo geral esta área esteve ausente. Há, de facto, aqui um défice”, começou por constatar, sublinhando: “É um défice porque basta pensar nos últimos anos em Portugal. A crise da Troika, uma crise financeira séria, com problemas sociais gravíssimos, quem deu uma ajuda notável para que a situação não fosse ainda mais grave foram as IPSS. Pandemia, outro problema seríssimo, algo que não imaginávamos que pudesse acontecer... E numa altura em que as pessoas estavam em casa, que tudo funcionava a meio gás, a situação daquelas pessoas mais vulneráveis ficava em causa! Quem ajudou de forma especialmente importante nessa ocasião foram as IPSS. Agora, com a crise da inflação e do aumento do custo de vida, que evidentemente massacrou toda a gente, mas atormentou de forma especial as famílias mais carenciadas, quem está e tem estado no terreno a dar maior ajuda são as IPSS. E isto não afetou apenas as pessoas, afetou também as instituições, que tiveram que prestar ainda mais apoio do que prestavam anteriormente para que não houvesse tanto desespero e menos desproteção social. Ou seja, em poucos anos, tudo já neste século, três crises gravíssimas e aqui se viu o peso, a importância, a sensibilidade e a solidariedade do Sector Social. E só isto devia ser mais do que suficiente para os poderes públicos acordarem! Acho que não é um problema de má vontade, mas sim de falta de sensibilidade. E é preciso mudar alguma coisa”.

Nesse sentido, o conselheiro de Estado defende que, “em função do espírito, dos resultados e do exemplo que este sector é, torna-se necessário, como diz o padre Lino Maia, um outro contrato de cidadania e político entre o Estado e estas instituições”.

Evocando a proposta da CNIS para que se altere o Carta Magna, para lhe introduzir a Proteção Social como direito universal, Marques Mendes



sustentou: “Se é necessário mexer na Constituição ou nas leis, diria que tudo isso é importante, mas, acima de tudo, é preciso mudar as práticas e os comportamentos. Este sector ainda é visto, em certa medida, como um parente pobre, talvez porque não faz manifestações, não tem sindicatos, não tem as formas de luta tradicionais, mas isso não pode ser motivo para discriminação. E, por isso, este comportamento tem de mudar”.

Antes, o presidente da CNIS iniciou a sua intervenção dirigindo-se a Marques Mendes, recordando que o ouviu, no seu espaço de comentário televisivo, “a defender este sector”, deixando-lhe um desafio: “Espero que o continue a fazer”.

Mais à frente, quando abordou a questão da proteção social, o padre Lino Maia voltou a solicitar ao conselheiro de Estado para dar visibilidade à proposta da CNIS para que “o Estado assuma a competência da proteção social”, lembrando que “não tem de ser o estado a executar, mas tem de assumir a proteção social de todos, porque é uma obrigação”.

Em resposta, Marques Mendes, depois de recordar que desde os seus 25 anos que está intimamente ligado às IPSS e Misericórdias, concordou com a falta de visibilidade do sector social solidário.

“Num país que tem tantos comentadores, eu talvez seja o único que, de vez em quando, fala das IPSS e Misericórdias. Eu percebo a sua preocupação, padre Lino Maia, com a falta de visibilidade do sector, porque mesmo quando decido falar de algumas destas matérias, lá dentro dizem-me logo se acho que vale a pena. Não fazem por mal, mas estão logo a pensar nas audiências”, revelou, dirigindo-se de seguida ao líder da CNIS: “Respondendo positivamente ao desafio do padre Lino Maia, com certeza que darei a minha ajuda para ajudar a dar

visibilidade ao sector. É o que posso fazer e é o que farei, ajudar a dar visibilidade”.

O antigo governante quis ainda deixar “um outro sublinhado que tem de ser feito ao carácter decisivo do sector, com destaque para: “Em primeiro, cumpre uma tarefa que é verdadeiro serviço público. A prova provada que serviço público não é sinónimo de empresa pública, instituto público ou serviço do Estado. Serviço público pode ser desempenhado pela sociedade, que é o que fazem estas instituições. Em segundo, poupam imenso dinheiro ao Estado. Este comparticipa, subsidia, apoia, mas se tiver que agir diretamente, o Estado gasta muito mais. Em terceiro, a importância do sector no emprego, já é de facto um sector económico, sem esquecer que estas instituições desempenham um papel notável do ponto de vista da economia, do social e da ajuda ao Estado em termos de financiamento”.

E aqui, Marques Mendes destacou uma característica que é a essência do Sector Social Solidário: “É um ponto poucas vezes relevado, é que as instituições fazem o seu papel com uma sensibilidade, uma dedicação e uma generosidade, uma atenção e respeito pelas pessoas como o Estado não faria. Esta parte vem da sensibilidade da sociedade, que é de onde emanam estas instituições. E esta componente das vossas instituições não tem preço. É mais importante ainda do que os outros valores que aqui referi, como o financeiro, económico ou do emprego”.

O comentador lembrou ainda o papel voluntário de milhares de pessoas que fazem as instituições.

“Para além das instituições, do seu trabalho, da sua tarefa e dos seus resultados, há uma outra coisa essencial que as instituições fazem, que é capacidade que têm de, pelo seu exemplo,

mobilizarem muitas pessoas que colocam ao serviço desta causa, da comunidade, a sua generosidade e o seu espírito de dedicação. Podem não ser pessoas notórias, mas são pessoas notáveis. Notórias, no sentido de visibilidade, mas mais importante do que isto é o trabalho. Esta componente é muito importante, porque num mundo que tende a ser, cada vez mais, egoísta e individualista, estas instituições mobilizam muito boas vontades. E não são apenas os trabalhadores e os dirigentes, o que já não era pouco, são também muitas outras pessoas, que se voluntariam para ajudar. Isto é importante porque faz a sociedade mais humana. É de pequenos contributos que se faz este ideal coletivo da solidariedade, porque senão é uma palavra oca, de retórica... Não, isto tem de ser sentido e vivido no terreno”.

Luís Marques Mendes deixou ainda uma palavra de saudação para a “Igreja Católica, que está, em grande medida, por detrás a motivar, a alavancar, a impulsionar, a inspirar a maior parte das Instituições Particulares de Solidariedade Social”, acrescentando: “A Igreja tem, historicamente, um papel notável na saúde, mas nos últimos anos tem um papel altamente notável na proteção social e da solidariedade social”.

A rematar, o conselheiro de Estado deixou uma palavra de esperança para o futuro, lembrando que “estamos a viver um tempo muito desafiante, de grande insegurança a nível mundial, com as guerras, militares e comerciais, e o futuro alargamento da União Europeia, entre outras situações, e até final da década podem surgir desafios muito delicados... e isto vai exigir enorme trabalho de toda a sociedade”, por isso, num quadro de grande incerteza à escala global, “temos de ter um ambiente de presente e de futuro de esperança e ambição”.

“Não podemos olhar para uma dificuldade e ver nela uma fatalidade. Não, temos de ver

uma nova oportunidade, como fizemos ao longo dos 50 anos de democracia. Pegando no vosso exemplo no terreno, podem ter pouca visibilidade e notoriedade, mas é um exemplo notável de solidariedade e de proteção social. Olhando para isto, só temos razões para ter esperança e ambição. Mesmo com a incerteza que vivemos, podemos ter esperança e ambição e nada nos deve dividir, porque vamos precisar de todos”, afirmou Luís Marques Mendes.

Na sua alocução, o padre Lino Maia, para além dos desafios lançados ao conselheiro de Estado, pegou na importância e dimensão da UDIPSS Lisboa para evidenciar a importância das IPSS no país.

Representando cerca de 10% do total nacional do universo de IPSS, as cerca de 500 instituições do distrito de Lisboa, empregam cerca de 30 mil pessoas, apoia 70 mil utentes e conta ainda com milhares de dirigentes voluntários. Ou seja, no país inteiro, as IPSS apoiam mais de 700 mil pessoas, empregam 300 mil trabalhadores e contam com o trabalho voluntário de milhares de dirigentes.

“Não fossem as IPSS e muita gente ficaria para trás”, lembrou o presidente da CNIS, sublinhando a importância económica do Sector Social Solidário: “A Economia Social tem cerca de 60 mil entidades, mas as 5.000 IPSS têm mais de 50% da atividade económica do sector da Economia Social”.

Relacionado com a questão da visibilidade do sector, está a indiferença política.

Quando ainda se estava em campanha eleitoral para as Eleições de 10 de março, o padre Lino Maia constata que nos debates não foi uma única vez falado o sector.

“Não será preocupação dos partidos a proteção social?”, questionou, respondendo: “Parece que não é e não fossem as IPSS e quanta gente viveria pior. No entanto, as IPSS, no silêncio, sem

greves, vão resolvendo o problema e, por isso, para os órgãos do Estado o problema da proteção social está resolvido. Ou seja, as instituições fazem, está resolvido”.

Por isso, o presidente da CNIS defende que “o Estado tem de assumir a proteção social”, lembrando que, atualmente, “a Segurança Social é contributiva, mas a proteção social não é um direito universal”. Daí a CNIS defender a sua inclusão na Constituição da República Portuguesa.

“Apesar de ser assegurada pelo Sector Social Solidário, a proteção social não está a ser garantida pelo Estado”, sustentou, deixando uma ideia: “O Estado deve criar um Serviço Nacional de Proteção Social”.

Por seu turno, o empossado presidente da UDIPSS Lisboa, anotando o período eleitoral que se vivia, referiu: “É oportuno que reafirmemos o papel insubstituível que as IPSS têm como pilar estruturante do modelo português de Estado Social (...) Queremos dizer aos futuros parlamentares e membros do governo, que o Sector Social Solidário precisa que o poder político saiba e seja capaz de gerar espírito de motivação a quem está no terreno e o conhece profundamente, a quem sabe e faz mais e melhor, a quem põe as mãos na massa, a quem sente o cheiro das pessoas, a quem está perto das situações e olha os problemas olhos nos olhos”.

A finalizar, José Carlos Batalha foi afirmativo ao dizer que “nenhum governo, nenhum Estado, nenhum poder está legitimado para enfraquecer ou obstaculizar, para reduzir, controlar ou asfixiar, seja por preconceitos ideológicos ou por qualquer outro tipo de razão esta expressão organizada da sociedade civil, esta nossa realidade dinâmica, que, de alma e coração, chega onde o braço do Estado não é capaz de chegar, este nosso Sector Social Solidário”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

UDIPSS LISBOA – QUADRIÊNIO 2024-2027

José Carlos Batalha reeleito presidente da Direção

A UDIPSS Lisboa elegeu para o quadriénio 2024-2027 a lista única liderada por José Carlos Batalha, que é assim reconduzido no cargo. A tomada de posse aconteceu no passado dia 4 de março, na Associação de Beneficência «Casas de São Vicente de Paulo».

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Horácio Félix (Centro Social Paroquial N.º. Sr.ª. da Luz, Torres Vedras); Secretários - Teresa Duarte (AEIPS – Associação p/Estudo e Integração Psicossocial, Lisboa) e Elsa Lopes (Centro Social Paroquial S. Brás, Amadora); Suplente - Marta Carreira (ABLA – Associação de Beneficência Luso-Alemã, Cascais).

Conselho Fiscal

Presidente - Manuel Figueiredo (A Voz do Operário, Sociedade de Instrução e Beneficência, Lisboa); Vogais - Vitor Carramão (APECI – Associação p/Educação Crianças Inadaptadas,

Torres Vedras) e Victor Duarte (Centro Social Paroquial Cacém, Sintra); Suplente - João Rocha (Casal Popular da Damaia, Associação Solidariedade Social Vencer, Amadora).

Direção

Presidente - José Carlos Batalha (Centro Social Paroquial de Azambuja); Vice-presidente - António Carlos César (Crevide, Loures); Tesoureiro - Marco Fernandes (Jardim de Infância N.º Sr.ª Anjos, Loures); Secretário - José Casaleiro (APAC – Associação Popular de Apoio à Criança, Vila Franca de Xira); Vogais - André Rica (EMDIIP, Oeiras), Manuel Melo Gomes (Centro de Promoção Juvenil, Lisboa) e Maria João Quintela (APP – Associação Portuguesa de Psicogerontologia, Lisboa); Suplentes - Lúcia Rodrigues (Centro Social Paroquial Póvoa de St.º. Adrião, Odivelas) e Ana Paula Pinto (Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas, Loures).



PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Em que estamos a falhar?

Evito fazer análise política nesta coluna, que entendo ser um espaço desenhado para a discussão de políticas públicas. Mas não há como contornar o facto de que tivemos eleições legislativas antecipadas e estas, nos seus resultados, mostraram que algo está mal na sociedade portuguesa e existe debate e reflexão de todos, para além das diferenças de opinião.

A grande descida eleitoral do PS e a ligeira subida da AD determinam que o próximo Primeiro-Ministro seja Luís Montenegro. Mas este não terá tarefa facilitada. Governará sem a possibilidade de passar qualquer diploma no Parlamento se contar apenas com as suas forças e o apoio já declarado da IL. Os portugueses dividiram-se profundamente e não convergiram para uma maioria clara de governo.

Um Parlamento bloqueado num quadro como o que vivemos será difícil de entender pelos cidadãos e dificilmente produzirá um rumo para o país.

É certo que um entendimento entre PSD e PS para que este último, nem que fosse pela abstenção, viabilizasse diplomas fundamentais do Governo, permitiria ultrapassar a situação. Mas não se vislumbra qualquer incentivo ao PS para cooperar com a AD, entregando ao Chega a liderança da oposição.

A alternativa para o PSD poderá ser olhar para a sua direita, procurando o entendimento com o Chega que Luis Montenegro sempre negou estar disponível a ter e tornando relativo o “não é não” em que tem insistido, o que não poderia deixar de ser visto pelos que acreditaram nas suas palavras como uma traição ao compromisso assumido. A esquerda seria impotente para travar tal entendimento, mas teria provavelmente força social para contestar ativamente a legitimidade de tal solução.

Podemos aventar uma reedição da “estratégia limiano” em que Luís Montenegro, capte caso a caso e em função de interesses particulares, deputados nas forças partidárias que não o apoiem, que viabilizem as suas medidas.

Nenhum dos cenários é promissor para o Governo que o Presidente da República empossará provavelmente ainda este mês ou nos princípios de abril. Não parece que seja só o pessimismo a levar a pensar que será solução frágil esta que saiu das urnas no dia 10 de março.

Mas vale a pena refletir sobre o modo como

chegámos aqui.

As circunstâncias em que o Governo caiu são inaceitáveis numa democracia madura. As autoridades judiciais não podem colocar na praça pública sob suspeita de corrupção (ou de qualquer outro crime, aliás) alguém contra quem não recolheram indícios suficientes para prosseguir um procedimento judicial contra essa pessoa. Ao fazê-lo – o que se repetiu já na Região Autónoma da Madeira – apoucam-se a si próprias e espezinham o sistema democrático, retirando credibilidade às instituições.

O uso da maioria absoluta por António Costa esteve nos antípodas do que anunciara para a obter. Foi um período de auto-fechamento na convicção da justeza do rumo do PS, bem como na convicção de que o povo tudo aceitaria e perdoaria, imune à crítica construtiva.

A esquerda deixou de ser capaz de captar anseios de pessoas que se sentem perdedoras do rumo do país. Tal como aconteceu noutras paragens, as suas causas não acompanham hoje, muitas vezes, as preocupações do cidadão comum, que estejam para além da adesão ideológica.

Nestas eleições tudo confluiu para um voto de protesto protagonizado por um partido de

extrema-direita. Pode ter moderado taticamente o discurso, mas as suas causas são sobejamente conhecidas. Se não é credível que os portugueses que votaram nesse partido partilhem o seu discurso de ataque ao sistema democrático, de racismo e xenofobia, de repúdio pela igualdade de género, por visões passadistas das famílias e pelo desprezo pelos pobres, por que o fizeram?

Refletir sobre o resultado destas eleições exige dos democratas que respondem à pergunta: “em que estamos a falhar?”. Essa reflexão tem faltado, à esquerda e à direita, dando espaço para que o sofrimento dos que se sentem perdedores do caminho do país se transforme em ressentimento e o ressentimento em ódio.

É altura de aceitar que o ciclo que se abriu a 10 de março é um tempo de questionamento do país que queremos ser para todos os que se identificam com a Constituição de 1976 e com o regime democrático, bem como com os valores da tolerância.

É altura de recordar Santo Agostinho quando dizia que errar é humano, mas também a esquecida segunda parte dessa afirmação, que nos recorda que, contudo, persistir no erro é diabólico.



Mudar de vida

1 - Na véspera das eleições de 10 de Março – isto é, antes de saber os resultados dessas eleições –, na comunicação que dirigiu ao País, apelando ao exercício do direito de voto, o Presidente da República considerou que as eleições representavam o fim de um ciclo, coincidente com o período de 50 anos após a Revolução do 25 de Abril.

E mais disse que com as eleições se abria um novo ciclo na vida da Pátria.

Confesso que não percebi então as razões presidenciais para tais conclusões.

Com efeito, é corrente dividir a História dos povos, ou das nações, em períodos temporais determinados.

No tempo da Monarquia, tais períodos correspondem às 4 Dinastias: A 1ª Dinastia, dita Afonsina, que durou desde a Fundação, com D. Afonso Henriques, até D. Fernando I, sendo possível identificar o facto histórico que determinou o fim dessa 1ª Dinastia – a Guerra contra Castela, e a Crise Dinástica, entre 1383 e 1385; a IIª Dinastia, também chamada de Avis, iniciada com D. João I, vencedor da Guerra contra Castela, e terminada com o desastre de Alcácer-Quibir e a morte do Cardeal-Rei D. Henrique, sem sucessor; a IIIª Dinastia, dita Filipina, abrangendo os três Filipes de Habsburgo, Reis de Espanha, iniciada em 1580 e terminada em 1640, com a Restauração da Independência, com D. João IV, Duque de Bragança, com quem se iniciou a IV Dinastia, também chamada de Bragança, e que terminou em 1910, com a Implantação da República,

Quase 8 séculos de Monarquia, divididos em 4 períodos.

Instaurada a República, em 1910, é costume dividi-la em 3 períodos: a Iª República, entre 1910 e 1926, iniciada com a queda da Monarquia e terminada com a Revolta de 28 de Maio, que instaurou a Ditadura; a IIª República, que corresponde ao Estado Novo, que foi derrubada em 25 de Abril de 1974; e a IIIª República, sob a qual felizmente vivemos, em liberdade e em paz.

Como se vê, dividir a História de Portugal em períodos é um exercício que consiste em identificar espaços de tempo da nossa vida colectiva, como Nação, e determinar que factos ou fenómenos marcam a passagem de um período ao período seguinte.

Em regra, guerras ou revoluções.

Também é de regra definir esses períodos “ex post”, quer dizer, decorrente de um olhar retrospectivo sobre o passado colectivo e descortinando nele factos ou circunstâncias que implicaram uma mudança significativa, um corte, uma ruptura com o período anterior.

Ora, a asserção, a classificação, do Presidente da República tem esta particularidade: não decorre de um olhar sobre o passado; tratando-se antes de uma previsão, um augúrio, a partir de um facto então ainda futuro: as eleições de 10 de Março.

Como a Sibila de Cumas.

Segundo este critério, não se descortina o que o Presidente da República adivinhava em 9 de Março, sobre tão poderoso efeito quanto o de inaugurar um novo período na nossa História de 9 séculos.

2 – Espero que o Presidente da República se engane no vaticínio.

Na verdade, tenho vivido de forma confortável e sem sobressaltos cívicos o rotativismo entre o centro-direita e o centro-esquerda que tem marcado o exercício do poder executivo.

O conceito de “mudança tranquila”, cunhado por António Guterres na campanha eleitoral de 1995, que lhe deu a vitória, caracteriza bem as transições dos blocos políticos que têm exercido o poder durante a vigência da Constituição de 1976.

O rotativismo não acabou com as desigualdades, nem erradicou a pobreza, é certo.

Mas, se olharmos para o passado, sem ser de esguelha, teremos de concluir que nos calhou em sorte o melhor tempo e o melhor país para viver.

Voltando às eleições, é certo que os resultados foram atípicos.

Creio que foi Rui Tavares quem primeiro teorizou sobre a substituição do modelo alicerçado no exercício do poder pelos dois blocos que referi, um tendo como polo dominante o PS, outro tendo como polo dominante o PSD, em rotação desde 1976, por um modelo tripartido, composto por um bloco de esquerda, outro da direita democrática, e o terceiro de direita radical.

As eleições parece que vieram dar razão a Rui Tavares, quanto à entrada de um novo “player” na dança e quanto à relação de forças entre esses blocos.

Mas não assumiram o efeito de alteração radical que associamos à mudança das divisões do tempo histórico – ou dos ciclos, na designação presidencial.

O que se prefigura, segundo as declarações dos principais partidos, no rescaldo das eleições, é a repetição do modelo canónico: Governo do bloco de centro-direita, liderança da oposição pelo bloco de centro-esquerda.

Mas, quer o PS, quer o PSD – os dois partidos que têm repartido o pastoreio da Pátria durante a Terceira República – apanharam um abanão com a nova configuração do Parlamento.

No rescaldo das eleições, isto é, numa análise dos resultados já depois da contagem dos votos, o tom dominante é de catástrofe: o Governo durará 6 meses, ou ficará dependente da direita radical, pelo que entrariamos num período de incerteza, com eleições sucessivas, à espanhola.

Recordo que o melhor Governo de Cavaco Silva foi o primeiro, minoritário, que constituiu a base que o alcançou às maiorias absolutas seguintes; e o melhor de António Costa foi igualmente o primeiro, o da gerinção, em que o PS não dispunha de maioria absoluta.

Aconteceu com António Costa o mesmo que sucedera com Cavaco Silva: as maiorias absolutas tendem a estragar as qualidades dos Governos que nelas se fundam.

Diminui o escrutínio.

E também o ocaso dos Governos de Cavaco Silva foi assombrado por “casos e casinhos”, como sucedeu com o último Governo de António Costa – o actual.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



3 – Num Governo com êxitos comprovados no funcionamento da economia, no combate ao défice, na redução da dívida e do desemprego e no controlo da inflação, foram mesmo os “casos e casinhos” que lhe desgastaram a imagem.

Não era caso para menos.

Não é tanto, na minha opinião, a natureza, criminal ou não, dos casos que acompanharam as demissões de mais de uma dúzia de membros do Governo, durante os últimos dois anos.

Como já aqui referi, noutra crónica, a propósito do caso “Influencer”, e com a reserva de que não conheço o processo, tenho para mim que ao Poder Executivo é lícito, e desejável, estabelecer e favorecer possibilidades de investimento que promovam o desenvolvimento do País, desde que assegurada a transparência dos procedimentos e que não se verifique favorecimento pessoal.

Mas passou-se com os “casos e casinhos” de António Costa o mesmo efeito que tiveram as peúgas brancas do Cavaquismo, na narrativa semanal com que “O Independente” alimentava e promovia o estertor da década de Governos de Cavaco Silva.

Como disse acima, não foi o facto de se tratar ou não de crimes que provocou o efeito de devastação do Governo em funções.

Foi o facto de os “casos e casinhos” nos terem permitido, através da transcrição de conversas e opiniões, na imprensa, na televisão e nas redes sociais, conhecer intimamente as segundas linhas do Executivo: Secretários de Estado, assessores, adjuntos dos Gabinetes, secretárias, consultores e todos quantos, perante um microfone ou um gravador, não conseguem manter o silêncio ou a prudência.

Uma parte significativa do voto de protesto que é a marca destas eleições vem da comparação entre o nível da competência e dos salários dos cidadãos normais e o do pessoal dessas segundas linhas, cuja capacidade em sangrar o Estado, mesmo que dentro da lei, é inversamente proporcional à sua competência.

Claro que Luís Montenegro lá preveniu a AD, no discurso de vitória, de que não é tempo de os vencedores assaltarem os lugares e mordomias do Estado.

Ele sabe do que a casa gasta.

Mas já Guterres – que é Guterres! – proclamava, em 1995, “no jobs for the boys”; e viu-se.

4 – Voltando onde comecei: espero que Marcelo Rebelo de Sousa se engane – e que o ciclo continue sob o signo de Abril.

PRÊMIO CIDADANIA, SOLIDARIEDADE E VALORES HUMANOS

Eleutério Alves e Paula Pimentel distinguidos pelo Município de Bragança

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, e Paula Pimentel, presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança, foram homenageados pela autarquia brigantina, que lhes atribuiu Prémio Município de Bragança - Cidadania, Solidariedade e Valores Humanos.

A homenagem, que abrangeu mais 15 “ilustres amigos de Bragança, decorreu, no dia 20 de fevereiro, no Teatro Municipal de Bragança, e encerrou as comemorações do 560º aniversário da cidade, a nona mais antiga de Portugal.

“Quero agradecer a todos os homenageados que, na sua área de formação, do seu trabalho ou com os seus hobbies, contribuíram para a valorização e projeção do nome de Bragança”, afirmou Paulo Xavier, edil de Bragança em exercício, na sessão solene.

O Prémio Município de Bragança foi atribuído a Eleutério Alves “como forma de distinguir o mérito e o trabalho que tem vindo a desenvolver, ao longo de mais de 60 anos, em diversas áreas, fazendo a diferença na vida de muitos cidadãos, através do desempenho de funções em várias entidades e instituições deixou uma marca indelével na região”.

Depois do Ensino e passagens pela Segurança Social, Câmara Municipal e outras entidades, Eleutério Alves, após seis anos como vice-provedor, liderou a Santa Casa da Misericórdia de Bragança ao longo de 25 anos, tendo deixado o cargo de provedor no arranque de 2024.

Na área social ainda, foi presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança (UIPSSDB) e liderou a Comissão de Proteção de Crianças e



Jovens em Risco, do concelho de Bragança.

Foi ainda deputado eleito à Assembleia Constituinte (1975/1976), pelo distrito de Bragança, e deputado eleito à Assembleia da República nas I, II e III Legislaturas (1980/1985), igualmente pelo distrito Natal.

Por seu turno, Paula Pimentel foi agraciada pela autarquia “como forma de distinguir o mérito e o trabalho que tem vindo a desenvolver, ao longo de 25 anos, na área social, sobretudo no que diz respeito a crianças e idosos”.

Com vasta formação na área de gestão de organizações sem fins lucrativas, mas também em psicologia e educação, Paula Pimentel está, desde 1998, ligada à Fundação Betânia - Centro de Acolhimento e Formação, em Bragança,

onde é diretora de serviços, acumulando a Direção-Técnica. Atualmente, é vice-presidente do Conselho de Administração da Fundação Betânia e presidente da Direção da União das IPSS do Distrito de Bragança, desde 2015.

A distinção atribuída pelo Município de Bragança a estes dois destacados dirigentes de IPSS, que desde cedo não enjeitaram assumir funções e responsabilidades em defesa, não só da «sua» IPSS, mas do conjunto de instituições que formam o Sector Social Solidário, “a almofada” da sociedade portuguesa, em especial, nos tempos mais apertados, é o reconhecimento de duas vidas dedicadas ao outro que, no fundo, personificam os milhares de dirigentes devotos à causa social.

UDIPSS VISEU – QUADRIÊNIO 2024-2027

Celestino Martins sucede a José Maria Costa na presidência

A União Distrital das IPSS de Viseu tem uma nova liderança desde o presente ano, com a Direção a ser agora presidida por Celestino Martins, que sucede a José Maria Costa, empossado como presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Os novos órgãos sociais da UDIPSS Viseu para o quadriênio 2024-2027 são constituídos por:

Assembleia Geral

Presidente - José Maria Costa (Associação Progresso XXI), Secretária - Sílvia Alves Leitão (Associação Solidariedade Social de Farminhão), Secretário - Carlos Alberto Aparício (Casa do Povo de Abraveses).



Direção

Presidente - Celestino Esteves Martins (Centro Social e Cultural de Orgens), Vice-presidente - Cristina Duque Lemos (APPACDM Viseu), Tesoureiro - Serafim Dias Marques (Centro Social de Bodiosa), Secretário - António José Figueiredo (Associação Social Cultural Recreativa e Desportiva do Vinhal); Vogal - Luís Miguel Ribeiro (Associação Hípica e Psicomotora de Viseu).

Conselho Fiscal

Presidente - Amadeu da Costa e Castro (Centro Social e Paroquial de Trevões), Secretário - Paulo Jorge Domingues (Centro Paroquial da Cunha Baixa), Secretário - Tiago Coelho Pinhel (Acredita).

ASSOCIAÇÃO TERRA MÃE, ALCÁÇOVAS

“Uma ideia e muita boa-vontade” ainda não chegaram para cumprir o sonho fundacional

Quando em 2001, um grupo de 10 alcaçoven- ses fundou a Associação Terra Mãe tinha um propósito muito bem definido. No entanto, como diz o presidente da instituição do concelho de Viana do Alentejo, João Penetra, “a Associação tinha apenas uma ideia e muita boa-vontade”.

“Esta Associação tinha como objetivo principal criar um Centro de Acolhimento Temporário para jovens. O que se passou é que a Associação apenas tinha uma ideia e boa-vontade, não tinha mais nada. Mas, construir fosse o que fosse, havia o problema de arranjar o dinheiro. Nesse sentido, não foi possível avançar com essa obra”, explica João Penetra.

Apesar do contratempo, a vontade de ajudar a população de Alcáçovas e do resto do concelho era mais forte, o que levou os responsáveis da instituição a abraçar outras respostas.

“A Associação não ficou parada, arranjou duas valências que atualmente ainda mantém. O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que há cerca de um ano foi municipalizado. Aqui, o município de Viana do Alentejo entendeu que devia ser a Associação Terra Mãe a continuar a fazer o serviço, porque já estava no terreno, tem o know-how e a experiência adquirida que é muito grande. E, passado algum tempo, acolhemos também a Intervenção Precoce, ambas as respostas a nível concelhio”, sustenta o presidente da Associação.

Esta alteração de rumo levou mesmo a instituição a alterar o seu nome, passando de Associação Terra Mãe - Lar e Centro de Acolhimento para Crianças e Jovens para Associação Terra Mãe - Solidariedade e Intervenção Social.

“Como a nossa ideia inicial não avançava e estávamos a fazer outras coisas que não estavam previstas no arranque da instituição era o que fazia mais sentido”, refere João Penetra, dando a conhecer outras respostas que a instituição dá à população de Viana do Alentejo: “Entretanto, começámos a fazer outras intervenções que não estavam contratualizadas com a Segurança Social, como recolhas de sangue para encaminhar para o hospital ou a colaborar com o Banco Alimentar, recolhendo alimentos e depois distribuindo-os pelas pessoas necessitadas. Depois, passámos a ter o PO APMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, que agora tem outra designação, e que ainda fazemos”.

Para além disto, durante muito tempo, “quando as escolas não estavam tão apetrechadas a nível de psicólogos, eram os nossos técnicos que se deslocavam às escolas do concelho”, lembra, revelando, orgulhosamente, o reconhecimento que a instituição tem da autarquia: “Temos um trabalho interessante no concelho, que levou, há uns 12 anos, a autarquia de Viana a distinguir-nos com a Medalha de Honra Municipal”.

A nível do SAAS, a Associação, desde que promove a valência, já apoiou 572 famílias, tendo no ano de 2023 acompanhado 184 famílias, num total de 433 pessoas. Já ao nível da Equipa Local de Intervenção, no âmbito do SNIPI (Sistema Nacional



de Intervenção Precoce na Infância), concretamente no que à Intervenção Precoce na Infância diz respeito, a média de acompanhamentos é de 40, 42 crianças, “apesar do contrato ser só para 30”. Atualmente, a instituição apoia 38 petizes. Já no âmbito do PO APMC, recebem apoio alimentar 30 famílias, num total de 70 pessoas.

Com o projeto inicial de construção de um lar e centro de acolhimento inviabilizado por falta de financiamento, a Associação, até 2012, funcionou numa casa emprestada pela Fábrica da Igreja Paroquial de Alcáçovas. Entretanto, a instituição fez uma candidatura ao PRODOR para construção das instalações onde hoje está instalada a sede.

“Estas instalações são uma parte do grande projeto que tínhamos, que incluía o lar e centro de acolhimento para jovens. Desse projeto, apenas construímos esta primeira fase, que é a sede que acolhe os serviços administrativos, técnicos e área de armazenamento. Estas instalações tiveram o financiamento de uma parte pelo PRODOR, outra pela Câmara de Viana do Alentejo e outra que nós próprios arranjámos. Esta parte foi conseguida através de muitas iniciativas de angariação de fundos. Essas iniciativas foram essenciais para construir as instalações, mas também para ajudar a instituição viver”, sustenta João Penetra.

“Atualmente, o projeto do Lar já foi refeito, porque a legislação vai sempre sendo alterada, e já temos um outro projeto, apenas projeto de arquitetura, diferente e que está em carteira para o podermos construir”, sublinha o líder da instituição, avançando que o próximo passo depende mais de terceiros: “Ainda não o construímos porque ainda não foi publicitado nenhum concurso de financiamento para este tipo de obra. Isto também vai tudo depender de qual for a vontade política do Estado e parece-me que a aposta já não é tanto na institucionalização das crianças e jovens, mas a sua colocação em famílias de acolhimento. Ora, se assim for, o projeto já fica condicionado, mas se houver, da parte do Estado, a possibilidade de financiamento de uma resposta desta natureza, ou seja, um lar de infância e juventude, a instituição está disponível e

pronta para avançar e concretizar o projeto que a fez nascer”.

Enquanto o lar de infância e juventude não avança, a Associação Terra Mãe está aberta a receber outras valências, desde que necessárias e ainda não estejam implementadas na sua área de ação.

“O nosso objetivo é cobrir o que ainda não é feito por outras instituições do concelho. Não queremos duplicar respostas, pois isso seria desperdício de recursos. Agora, se surgirem respostas inovadoras, nós estamos disponíveis para avançar. Não estamos disponíveis é para fazer concorrência a quem já está no terreno. Queremos ser complementares e não concorrentes”, assevera João Penetra, que sobre a situação financeira da instituição é muito claro: “Estamos bem, não temos dívidas a ninguém. Agora, se me perguntar se temos condições para fazer um investimento, possivelmente não. Na hipótese de abrir um concurso a nível do PRR, seguramente o capital que temos não chegaria para cobrir a parte que nos caberia. Mas também penso que, nessa eventualidade, a Câmara Municipal ajudaria. Financeiramente a instituição está bem, não tem é folga para grandes investimentos”.

Em Alcáçovas, segundo João Penetra, sucede algo que não é muito comum e que o deixa “muito orgulhoso, como alcaçovense”: “Aqui, temos uma tradição muito antiga em que as instituições se entretajam e cooperam muito umas com as outras. Quando uma precisa de algo e pede ajuda às outras, estas disponibilizam-se de imediato para ajudar”.

E como seria Viana do Alentejo sem a Associação Terra Mãe?

“Possivelmente, já teria surgido outra para ocupar este lugar, ou não. Agora, temos um papel muito importante no concelho e não é só em alturas críticas. Há muita família necessitada e nós estamos lá para ajudar, só precisamos de saber onde elas estão. Penso que somos uma mais-valia no concelho para mitigar a pobreza e torná-la menos dolorosa. O concelho de Viana ficaria a perder se não tivesse a Associação Terra Mãe”.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

IPG vai criar Centro de Competências de Envelhecimento ativo

O Instituto Politécnico da Guarda vai acolher um polo do Centro de Competências de Envelhecimento Ativo, que irá desenvolver atividades para criar melhores condições de vida aos idosos da região.

O IPG informou que a criação deste polo foi formalizada no dia 04 de março, num protocolo assinado entre o Politécnico e o Centro de Competências de Envelhecimento Ativo (CCEA).

O polo da Guarda “irá formar e capacitar prestadores de cuidados a pessoas idosas” e desenvolver “atividades para melhorar as condições de vida dos idosos da região”, destaca o IPG.

O CCEA é um centro protocolar criado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), pela Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico

de Investigação e Formação Biomédica do Algarve e pelo Instituto da Segurança Social (ISS), com sede em Loulé.

O CCEA assegura formação profissional e capacitação de prestadores de cuidados a pessoas idosas.

Para o presidente do IPG, Joaquim Brigas, “o envelhecimento da população acentuar-se-á nas próximas décadas e terá um impacto cada vez maior na vida pessoas e do país” e, por essa razão, esta instituição “tem apostado no estudo e na investigação das áreas científicas relacionadas com o tema, formando profissionais especializados para os setores social e da saúde”.

O dirigente assegura que o Politécnico da Guarda “tudo fará” para que a atividade do polo “tenha o maior impacto possível na qualidade de vida dos mais velhos na região”.



Joaquim Brigas lembra que a instituição se tornou no início de 2022 a sede na Região Centro do Observatório Nacional do Envelhecimento e que tem desenvolvido várias iniciativas para melhorar a qualidade de vida da população idosa.

Salienta que o Politécnico está “orientado para a promoção de soluções inovadoras para desenvolver a economia associada ao envelhecimento da sociedade, bem como para contribuir para o aumento do número de anos de vida saudável da população do Interior e de todo o país”.



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

| | |
|---|---------------------------------------|
| PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC | PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA |
| ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | QIJ QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE |
| US UNIDADES DE SAÚDE | QTI QUALIDADE 3ª IDADE |
| PI PLATAFORMA INTEGRADA (WEB) | |
| ORC MÓDULO ORÇAMENTOS | UTC UTENTES CT |
| CNT CONTABILIDADE ESNL | GI GESTÃO DE IMÓVEIS |
| ORD ORDENADOS | REN RENDAS |

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fora Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para a Rede Móvel Nacional

EMAIL: tsr@tsr.pt




ESTUDO SOBRE LITERACIA NO ENVELHECIMENTO

Transição digital está a excluir população mais idosa

Um estudo sobre literacia no envelhecimento conclui que a transição digital na saúde está a deixar para trás a população mais velha e sugere medidas para as organizações conseguirem integrar os idosos nesta mudança.

O trabalho, coordenado pela psicóloga Tânia Gaspar de Matos e que contou com o envolvimento de entidades como o Laboratório Português de Ambientes de Trabalho Saudáveis (LABPATS), a Universidade Lusófona, a Direção Geral de Saúde e o Instituto de Saúde Ambiental/Universidade de Lisboa, pretendeu caracterizar os níveis de literacia e literacia digital da população reformada no processo de envelhecimento.

Tânia Gaspar de Matos lembra a importância de digitalizar a informação, mas sublinha que é essencial que esta transformação não deixe pessoas para trás. “Há pessoas que estão a sentir que não estão a acompanhar”, alerta a investigadora, relatando algumas respostas dadas pelos inquiridos à equipa de psicólogos que participou no estudo: “Dizem hoje em dia está tudo na internet, mas as pessoas mais velhas não têm acesso a isso e pedem para não se olhar para os mais velhos como se soubessem tudo”.

Tânia Gaspar de Matos destaca os três pilares da literacia - conseguir ter acesso à informação, compreendê-la e transformar isso em tomada de decisão - e insiste: “Se não tivermos as três componentes não temos literacia”.

Sobre quem está em maior risco no acesso à informação e cuidados de saúde, o estudo aponta as mulheres, as pessoas mais velhas (81 anos ou mais), os participantes com menor escolaridade, com doença crónica, e os habitantes das regiões autónomas.

O estudo, que contou ainda com o envolvimento da Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP), da RUTIS - Rede de Universidades Sénior e da Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde, está incluído num trabalho mais amplo que a equipa está a desenvolver sobre a literacia ao longo da vida.

Para a recolha de dados sobre os idosos foram ouvidos 684 participantes reformados de Portugal continental e regiões autónomas, mais de metade com pelo menos uma doença crónica.

Os dados sobre os idosos mostram que dois em cada três conseguem ter níveis moderados de literacia em saúde, mais de 30% referem dificuldades em “compreender informação sobre rastreios ou exames recomendados”, decidir como proteger-se da doença com base em informação dada através dos meios de comunicação e em “avaliar as vantagens



e desvantagens de diferentes opções de tratamento”.

Mais de metade refere dificuldades em “encontrar informação para lidar com problemas de saúde mental”.

Sobre a importância da literacia em saúde, a investigadora afirma: “Grande parte das doenças crónicas são evitáveis. Se tivéssemos desenvolvido competências prévias, muitas doenças crónicas não chegavam sequer a acontecer e tinham menos impacto na vida da pessoa”.

Em relação à e-literacia em saúde, os resultados mostram que a maioria dos participantes não sabe quais são os recursos, como utilizar a internet, diz que não tem competências e sente dificuldade em avaliar a qualidade da informação disponível na internet. Mostra ainda falta de segurança na utilização da informação de saúde disponível na net para suportar a tomada de decisão.

“Estas pessoas mostram mais confiança na informação transmitida pelos profissionais de saúde”, afirma Tânia Gaspar de Matos, lembrando a importância de desenvolver formação específica para estes profissionais poderem apoiar os mais velhos no acesso à informação e na sua interpretação.

As pessoas que têm maiores níveis de literacia e e-literacia em saúde revelam um melhor estilo de vida relacionado com melhores hábitos de sono, alimentação, exercício físico e ‘stress’, apresentando igualmente melhores

indicadores de saúde mental (bem-estar, felicidade e mais competências de gestão de stress) e menos sintomas psicológicos (ansiedade, stress e depressão).

EMPRESAS DEDEM AJUDAR A PREPARAR REFORMA

As empresas devem desenvolver medidas para preparar a reforma dos trabalhadores, reduzindo horários e adaptando tarefas, e devem facilitar o acesso dos idosos à informação de saúde, segundo o mesmo estudo.

“Deveria haver, nas próprias empresas, um trabalho de prevenção na saúde dos profissionais para, de alguma forma, os ajudar a não terem doenças crónicas (...) e alguma tolerância, com adaptações ao nível da exigência das tarefas”, considerou a psicóloga Tânia Gaspar de Matos, coordenadora da investigação.

A investigadora considera ainda que é preciso adaptar as tarefas às competências das pessoas mais velhas, acrescentando: “O exemplo de ajudar as pessoas mais novas a integrarem-se nas empresas responde a uma crítica que os mais novos sentem, que chegam às empresas e não sabem o que fazer”.

Os dados recolhidos indicam que a transformação digital na área da saúde está a deixar algumas pessoas para trás, sobretudo os mais idosos, que têm mais dificuldade em aceder à informação através de meios tecnológicos, compreendê-la e usá-la na tomada de decisão sobre a sua saúde.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Apesar de mais um falhanço os economistas não devem ficar deprimidos

Os economistas são frequentemente convocados para exercícios de humildade.

Talvez o momento mais difícil tenha sido a ressaca da crise financeira (a seguir económica e social) que varreu o mundo depois dos acontecimentos do final de 2008 nos Estados Unidos.

Num evento contemporâneo, em Londres, com a presença nas primeiras filas vários laureados com o Nobel da economia, a rainha de Inglaterra perguntava à distinta assistência: “mas ninguém viu chegar uma coisa deste tamanho?”

Por essa altura a profissão entregou-se a exercícios de autoflagelação públicos que, em bom rigor, não faziam qualquer sentido.

Conforme tenho defendido neste espaço de crónica, a previsão em economia é um exercício fútil. A realidade económica e social é demasiado complexa para caber mesmo no mais sofisticado dos modelos e por maior que seja a capacidade de computação disponível.

Esta incapacidade para antecipar o futuro com precisão não deveria ser uma fonte de depressão para os economistas. A incapacidade para prever não é equivalente a desvalorização do conhecimento.

Os geólogos aos poucos vão percebendo como a tectónica de placas, como os diferentes movimentos das placas que compõem a crosta terrestre provocam os terremotos. Não obstante, ainda é completamente impossível prever quando e como um terremoto se manifesta.

Devemos desprezar o conhecimento geológico por esta incapacidade de previsão? Creio que não!

Os médicos conhecem muito bem a dinâmica que pode levar a um acidente cardiovascular. Infelizmente também não conseguem antecipar quando tal ou tal acidente vai acontecer. Não deixamos de frequentar os médicos, por isso.

Estes pensamentos vêm a propósito de uma situação recente em que a generalidade dos economistas, este vosso criado incluído, mais uma vez falharam nas previsões. Ao contrário de 2008 em que ninguém viu chegar uma crise de proporções bíblicas, no final de 2022, com a perspetiva de um aperto monetário e subidas significativas nas taxas de juro, todos antecipavam uma recessão em 2023. A recessão poderia ser mais ou menos profunda, mais ou menos duradoura, mas uma recessão em todo o caso.

A verdade é que vamos no início de 2024 e de recessão, nem sinal!

A subida das taxas de juro opera inicialmente sobre sectores mais sensíveis ao custo do crédito. Um desses sectores, seguramente o mais importante para o efeito, é o imobiliário residencial, ou seja, as casas de habitação.

Quando as taxas de juro sobem as hipotecas ficam mais caras e a procura para compra de casa diminui. Com menos procura o preço das casas tende a cair. Se a queda nos preços for substancial pode despoletar um outro fator - pode acontecer que, em alguns casos, o valor da casa fique inferior à dívida da hipoteca o que desestimula a continuação do pagamento das prestações.

Se por este mecanismo muitas casas ficarem nas mãos dos bancos credores, pode aumentar ainda mais a pressão vendedora quando a procura é escassa e fazer deprimir de novo os preços.

Foi isto que aconteceu nos Estados Unidos na génese da crise financeira de 2008. Os preços das casas começaram a cair ao longo de 2007, muitas famílias ficaram em “falência técnica”, ou seja, com casas que valiam menos que a dívida, e muitos dos produtos financeiros que tinham sido criados sobre as dívidas hipotecárias, tornaram-se duvidosos ou mesmo tóxicos.

Como os produtos financeiros criados sobre o crédito hipotecário americano, em especial o de pior qualidade, conhecido por “subprime”, estavam espalhados pelo mundo inteiro, a crise ficou global.

Curiosamente, ao longo de 2023 não assistimos a nada que se parecesse com a crise que vem nos manuais quando as taxas de juro sobem muito e depressa.

Os preços das casas corrigiram aqui e ali mas, de um modo geral de forma moderada. Nos países de capitalismo avançado apenas na Suécia se verificou uma correção em baixa no preço das casas que chegou a assustar.

Tomando como indicador o valor das avaliações bancárias, em Portugal os preços das casas continuaram a subir em 2023 embora a ritmos na casa dos 4%/5%, inferiores aos do passado recente.

Do lado do crédito também não se verificou qualquer stress preocupante com o balanço dos bancos, mesmo em países, como Portugal, onde a esmagadora maioria do crédito hipotecário foi contratado a taxa variável e, portanto, com subidas significativas das respetivas prestações.

O que pode explicar que a subidas das taxas de juro não tenha desestabilizado nem o mercado da habitação nem o crédito hipotecário?

Creio que o essencial da explicação tem que ver com a qualidade dos balanços das famílias e das empresas quando o ciclo de aumento das taxas de juro foi despoletado.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço das casas caiu moderadamente, apesar do custo das hipotecas estar em máximos de três décadas, porque há muito poucas casas à venda. Durante o longo período de taxas de juro próximas de zero

muitas famílias aproveitaram para refinarçar as suas hipotecas com taxas fixas e muito baixas. Os que gostariam de mudar de casa pensam duas vezes antes de pôr a casa à venda porque teriam de prescindir de uma hipoteca com taxas fixas na casa de 2% ou 3%, quando a nova hipoteca ficaria por 8% ou mais.

Em Portugal o facto de os preços das casas terem continuado a subir fez com que as famílias ficassem disponíveis para os sacrifícios necessários para manter um ativo que continua a valer bem mais do que a dívida. Por outro lado, enquanto o valor do ativo for superior ao valor da dívida, também os bancos têm interesse em acomodar os casos em que haja maior dificuldade em cumprir as prestações.

Um outro setor muito sensível aos movimentos nas taxas de juro é o setor automóvel. Quando as taxas de juro sobem as prestações do crédito aumentam, a procura diminui, a concorrência entre vendedores torna-se mais forte, os preços ou as margens descem, etc.

O que verificamos, quer na Europa quer nos Estados Unidos, é que as vendas de automóveis recuperaram substancialmente em 2023 e as previsões para 2024 são de continuação do crescimento embora mais moderado.

Ao mesmo tempo em que não há sinais de catástrofe mesmo nos setores mais sensíveis às taxas de juro e ao encarecimento do crédito, do lado da inflação as coisas começam a ter melhor aspeto com o BCE a rever em baixa a estimativa da inflação para 2024 e a antever para 2025 o regresso ao conforto de taxas de inflação próximas de 2%, ou seja, não longe do cumprimento do mandato do BCE.

É provável que as taxas de juro de referência do BCE possam começar a descer já em junho deste ano e que, nos Estados Unidos o mesmo possa ocorrer mais ou menos na mesma altura.

Com um pouco de sorte vamos ter um episódio de desinflação da economia que obrigou a um choque monetário forte, mas que não nos vai custar uma recessão.

Quanto aos economistas espero que não entrem de novo em depressão por mais um falhanço nas previsões.

Como disse um economista célebre fazer previsões até nem é difícil, o problema é quando as previsões são sobre o futuro.

Não temos varinhas mágicas nem bolas de cristal. O nosso conhecimento não permite antecipar o futuro com a precisão das chamadas ciências empíricas. Nem por isso é menos importante!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O povo é quem mais ordena

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2024

Resultados eleitorais sem solução governativa

Quando ainda não se conhecem os resultados eleitorais nos círculos da Europa e fora da Europa, que decidem a atribuição dos últimos quatro mandatos dos círculos da emigração, a Aliança Democrática (AD) venceu à tangente as eleições antecipadas de 10 de março, que tiveram como grandes vencedores o Chega e o Livre e o PS como principal derrotado.

O partido da extrema-direita, Chega, ultrapassou as previsões mais otimistas, conquistando mais de um milhão de votos e 18,06%, quadruplicando o seu grupo parlamentar, que passa de 12 para 48 dos 230 deputados da Assembleia da República.

À esquerda, o Livre foi outro dos vencedores da noite eleitoral, passando de um para quatro deputados, com 3,2% e quase 200 mil votos.

A AD, que junta o PSD, CDS-PP e PPM, não foi além de uma vitória tangencial, com 29,5% e 79 deputados, mais dois do que o PS.

Apesar da vitória, a coligação liderada por Luís Montenegro teve um dos piores resultados da história das coligações do PSD com o CDS. Pior só na eleição anterior, em que o PSD era liderado por Rui Rio e obteve 29,1% e 77 deputados e o CDS de Francisco Rodrigues dos Santos não foi além de 1,6%, ficando sem representação parlamentar.

O PS foi o grande derrotado da noite, não só porque perdeu as eleições e a maioria absoluta em 2022, como registou um dos piores resultados da sua história. Só em 1987 e 1991, com as maiorias absolutas de Cavaco Silva, e em 2011, quando o PS de José Sócrates já preparava a entrada da troika para garantir a ajuda externa obrigatória para superar a crise financeira, os socialistas tiveram resultados inferiores.

Os líderes estreantes tiveram resultados fracos. Luís Montenegro (AD) ganhou mas sem folga. Pedro Nuno Santos, do PS, perdeu. Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, e Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, repetiram os resultados de 2022, com oito e cinco mandatos, respetivamente. E Paulo Raimundo, que liderou a coligação do PCP com o PEV, perdeu dois deputados, ficando agora com quatro representantes no parlamento.

Numa eleição bastante participada, com uma abstenção em descida acentuada para 33,7%, os repetentes André Ventura (Chega) e Rui Tavares (Livre) foram os grandes vencedores, conseguindo quadruplicar a sua representação no parlamento. Inês Sousa Real, do Pessoas-Animais-Natureza, conservou-se a si própria como deputada única do partido no parlamento.

O resultado eleitoral saído das eleições pouco ou nada contribui para a governabilidade em Portugal. Seria, aliás, difícil imaginar um puzzle mais difícil para dar estabilidade, apesar de os dois maiores partidos continuarem com mais de dois terços dos lugares no parlamento. A esquerda é minoritária e à direita qualquer maioria terá de se formar sempre com o contributo da extrema-direita.

André Ventura avisou que o Chega quer ser “a peça central do sistema político” e tentou colocar pressão no líder de AD, que depois de uma campanha eleitoral a dizer “não” a qualquer acordo com a extrema-direita, manifestou desde logo a “expectativa fundada” de que o Presidente da República o indigite como primeiro-ministro, sem abrir o jogo sobre que soluções de governabilidade irá procurar.

O líder socialista assumiu a derrota, mesmo ainda tendo uma possibilidade aritmética de conquistar mais mandatos do que a AD após a contagem dos votos da emigração, afirmou que agora é tempo de o PS “liderar a oposição”.

Ainda a marcar o ato eleitoral ficou a percentagem conquistada pelo partido ADN (Alternativa Democrática Nacional), que com com 1,6% e mais de 100 mil votos ficou muito perto de alcançar um deputado no parlamento, levando alguns dirigentes políticos a sugerir que este resultado surpreendente se deveu confusão de muitos eleitores da sua sigla com a da AD.



CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em **Fátima**, no **Hotel Cinquentenário**, no próximo dia **23 de março de 2024**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2023;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2023 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2023;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

Dr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto e Sede da CNIS, 07 de Março de 2024

Rua da Retolêira, 47 | 4050-492 PORTO
T: 226 068 634 | 226 065 832 | 226 001 774
E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.pobcristado.pt

Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial

Miele